

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA – IE

**DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO NOS PAÍSES AVANÇADOS**

Adriana Sousa de Almeida

Dissertação de Mestrado em Economia  
Social e do Trabalho apresentada ao  
Instituto de Economia da Universidade  
Estadual de Campinas, sob orientação do  
Professor Doutor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Campinas, 2003



## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por sempre me ajudar a alcançar os meus objetivos e superar todos os obstáculos.

Aos meus pais e minhas Andréia, Leonor e Silvana que acompanham meu dia-a-dia, longe ou perto.

Ao meu orientador, Professor Carlos Alonso, que acompanhou cada passo desta dissertação com muita dedicação, fazendo críticas e sugestões essenciais para melhor desenvolvimento dos capítulos e das abordagens, mas também sempre com elogios e incentivos. Sem ele, como profissional e como pessoa, eu não teria finalizado esta dissertação, que considero apenas um simples esboço do que pretendo ainda estudar.

Ao Professor Jorge Mattoso que iniciou a minha orientação, suas críticas e discussões pontuais foram essenciais.

Ao Professor Waldir Quadros pela participação no exame de qualificação, contribuindo para as alterações posteriores.

Ao Professor Jorge Miglioli, pela sua dedicação durante o desenvolvimento inicial da abordagem a qual optei para fazer esta dissertação.

Ao Balbino, amigo do coração, que indicou e emprestou bibliografia.

Ao Dênis, que me ‘socorreu’ na busca de dados.

Ao Licério, Alberto e Cida, com quem sempre pude contar.

Ao IE, ao quadro de servidores, a CNPq, ao pessoal do CESIT e aos amigos de curso, Altair, Jane, Cátia, Carlos, Marçal, Regina, Rodrigo, Sandra, Cleber, Ana Cris, Thaiz, Eunice, Virgínia, Otávio, Olavo, Barroso e Carmem.

## ÍNDICE

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo 1. Elementos constitutivos dos Anos Dourados do Capitalismo</i>	5
1.1. O Compromisso Internacional	9
1.2. Os Estados Nacionais	16
1.3. A Esquerda e os Sindicatos	23
<i>Capítulo 2: Crise dos anos 60 e 70, Reestruturação do capital produtivo e Financeirização do Capital</i>	27
2.1. Novas formas de Inserção das Grandes Empresas em Contexto de Instabilidade Econômica e Forte Concorrência Mundial	31
2.1.1. Tecnologia <i>versus</i> Emprego	39
2.2. Crise X Financeirização do Capital	48
2.3. Neoliberalismo	60
<i>Capítulo 3 – Algumas Transformações do Mundo do Trabalho</i>	65
3.1. O trabalho em Tempo Parcial	73
3.2. O Emprego por Tempo Determinado	78
3.3. O Desemprego	81
3.4. Flexibilização do Trabalho	85
3.5. Situação dos Sindicatos na era da Mundialização	90
3.6. Tempo de Trabalho	94
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	99

## RESUMO

Esta dissertação trata da questão do desemprego e precarização das condições de trabalho que caracterizam as últimas décadas. Para isso, analisa duas épocas bastante contrastantes para o mundo do trabalho: o pós-guerra ou *anos dourados* do capitalismo e o período atual.

Muitas análises abordam o problema aqui discutido de forma simplista e determinista, como é o caso da discussão que se faz a respeito do progresso tecnológico X emprego. Sendo assim, procuramos analisar tal cenário como resultado de um conjunto de fatores, basicamente a diminuição das taxas de crescimento econômico, incremento tecnológico, as mudanças organizacionais, a financeirização do capital e também a ideologia neoliberal. Por outro lado, a análise dos dois períodos procurou mostrar que houve um processo histórico dentro de condições econômicas, políticas e sociais específicas.

## Introdução

Esta dissertação tem como objetivo identificar quais os fatores que caracterizam o desemprego e precarização das condições do trabalho que vem se intensificando nas últimas décadas nos países desenvolvidos, cenário que contrapõe ao padrão de desenvolvimento e reprodução do capital estabelecido no pós-guerra.

Para atingir tal objetivo, é necessário esclarecer todo o contexto que envolve ambas as épocas. Embora tratam-se do mesmo sistema, capitalista, são nítidas as diferenças que separam estes dois momentos.

Os *anos dourados* do capitalismo foram marcados por um compromisso entre capital e trabalho que favoreceu os níveis de emprego, as condições de trabalho e o poder de barganha dos trabalhadores, sob condições econômicas, políticas e sociais específicas. Ao mesmo tempo, um acentuado desempenho dos Estados Nacionais em direção ao crescimento sustentado de suas economias, ao pleno emprego e bem-estar da população foram questões prioritárias nas agendas governamentais.

Resumidamente, tínhamos no pós-guerra um período em que o capital estava conciliado com o trabalho e questões sociais, e a interferência do Estado, paralelamente a um compromisso internacional, impedia que a economia fosse dirigida pelas leis do mercado.

Em contrapartida, o momento atual nos remete a um novo padrão de submissão do trabalho à lógica do capital, que é mais do que nunca globalizada,

financeirizada e isenta de controles, com poderes para submeter as políticas econômicas dos Estados nacionais e o nível de emprego às suas prioridades e condições de funcionamento. Os meios utilizados para esta supremacia do capital é um ambiente composto de uma onda de desregulamentação dos mercados financeiros, de trabalho e de comércio.

As conseqüências desta forma de reprodução do capital são as altas taxas de desemprego, flexibilização do trabalho, aparecimento de empregos atípicos – o que torna o mercado de trabalho mais heterogêneo -, assim como uma insegurança generalizada daqueles que estão dentro ou fora do mercado de trabalho. Por outro lado, podemos perceber nas últimas décadas, uma desaceleração das taxas de crescimento das principais economias avançadas, uma nova forma de competição das empresas produtivas e comerciais (em contexto de mercados abertos e financeirizados) que se expressam através da reestruturação produtiva, com novos incrementos tecnológicos, organizacionais e investimentos financeiros.

O que temos é um capital cada vez mais “mundial”, com grande capacidade de mobilidade, ao lado de mercados de trabalho sob domínio dos Estados que, em nome da inserção no mercado mundial, da concorrência e sobrevivência de sua capacidade produtiva, conduzem seus esforços para atração de capitais e empresas que vêm permitindo modificações nas condições de trabalho.

A origem do contraste destas duas épocas esteve relacionada ao esgotamento do padrão de desenvolvimento que caracterizou o capitalismo no pós-guerra, seguido pelo rompimento do compromisso internacional de Bretton Woods, o qual havia respeitado as prioridades dos Estados nacionais voltadas ao crescimento sustentado de suas economias, bem como a elevação das taxas de emprego. Os acontecimentos da década de 1970, como a transformação do padrão dólar-ouro em padrão dólar em 1971, o abandono do câmbio fixo a partir da desvalorização do dólar em 1973 e, em 1979, a elevação das taxas de juros, foram fatores que propiciaram maior liberdade para a reprodução do capital na esfera financeira em detrimento do capital produtivo, ou seja, acumulação de capital que prescinde

de empregos, sem contar o processo de reestruturação produtiva implementado pelas grandes empresas também a partir desta década.

Sendo assim, para maior compreensão desta discrepância entre capital domesticado e capital descontrolado, 5 fatores são decisivos para explicar o quadro de desemprego e precarização das condições de trabalho: 1) diminuição das taxas de crescimento; 2) internacionalização do capital; 3) inovações organizacionais e tecnológicas; 4) predomínio do capital financeiro como forma de reprodução do capital e; 5) a ideologia neoliberal.





## Capítulo 1. Elementos constitutivos dos *Anos Dourados* do Capitalismo

“Tradicionalmente, o pensamento socialista tem sido dominado pelos problemas econômicos colocados pelo capitalismo, pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade, e até a possibilidade do colapso de todo o sistema. O capitalismo foi reformado a ponto de ficar irreconhecível.”(Eric Hobsbawn, A Era dos Extremos: O Breve Século XX)

Os *Anos Dourados* do capitalismo dos países desenvolvidos foram marcados pelo quase pleno emprego, elevadas taxas de crescimento econômico, assim como um padrão de emprego rodeado por conquistas de direitos trabalhistas que estipularam regulamentações para a contratação, uso do tempo e remuneração do trabalho.

Esta época singular do sistema deu origem a um parêntese na sua história através de um inédito compromisso com o trabalho e a questão social. Foram anos reconhecidos por uma por grande prosperidade para ambos os lados, tanto para o capital quanto para o trabalho, através de um compromisso forte, mas que não resistiu.

Na tabela abaixo, podemos visualizar o contraste das taxas de crescimento do PIB em dois períodos distintos, o pós-guerra e a vertiginosa desaceleração a partir de meados da década de 70.

**Tabela 1.1 – Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período 1950 – 1986 em %**

Países	1950- 1973	1973 - 1986
EUA	3.9	2.5
Grã-Bretanha	3.0	1.4
Alemanha	6.0	1.9
França	5.2	3.2
Itália	5.6	2.3
Japão	9.2	3.7

Fonte: apud Mattos (2001).

Outros dados mostram que no pós-guerra os salários aumentaram quase na mesma proporção da produtividade, fato que proporcionou um aumento do poder aquisitivo dos assalariados, que passaram a adquirir também bens de consumo duráveis e a gozar de um status que anteriormente só pertenciam as classes mais abastadas. Segundo Hobsbawn, produtos de luxo, viagens, automóveis e casas passaram a ser consumidos também pelos assalariados devido a generalização do modelo de produção e consumo de massa do fordismo<sup>1</sup>.

**Tabela 1.2 - Evolução do Salário Real e Produtividade**  
(Taxas médias anuais de crescimento)

Países	Alemanha		Estados Unidos		França		Inglaterra	
	1913/49	1950/73	1913/49	1950/73	1913/49	1950/73	1913/49	1950/73
Salário Real	1,2	4,8	0,7	2,3	0,9	4,9	1,3	2,2
Produtividade	0,9	4,7	2,0	1,9	1,4	4,9	1,2	2,1

Fonte: apud Barbosa (1998)

Fatores inéditos fizeram parte dos *Anos Dourados*, como por exemplo, um acelerado processo de industrialização, diminuição acentuada do número de países dependentes da agricultura e elevação das taxas de emprego, mesmo que acompanhadas de incrementos tecnológicos que aumentavam a produtividade do trabalho, graças ao rápido crescimento das economias. Também assistimos a uma contundente intervenção de um Estado compromissado com o bem-estar geral da população, com o pleno emprego e administrador da economia, através de políticas anticíclicas que impulsionavam a economia em momentos de crise<sup>2</sup>.

Entre 1950 e 1975, a renda per capita nos países em desenvolvimento cresceu em média 3% ao ano (fato inédito), a produtividade do trabalho cresceu duas vezes

<sup>1</sup> O Fordismo, segundo a Escola Francesa de Regulação, não se resumia apenas a uma nova forma de produzir, mas a um novo modelo de sociedade, no qual as relações de trabalho assumiam papel decisivo na organização social construída no pós-guerra.

<sup>2</sup> HOBSBAWM, 1995.

mais rápido que antes e o comércio oito vezes mais rápido do que no período 1913/50. O comércio entre as economias ocidentais foi o elemento mais dinâmico, nas manufaturas mais que quadruplicou. Contudo, apesar deste intenso crescimento do comércio mundial, foram os mercados internos os responsáveis pela demanda necessária que justificava o investimento. O consumo privado acompanhou o mesmo ritmo de crescimento da produtividade, entre 1952 e 1970 o consumo privado cresceu 4,2% ao ano e a produção 4,5%<sup>3</sup>.

Os fatores que determinaram este período foram um contexto político, econômico e social específico. Os *Anos Dourados* não podem ser analisados como uma fase qualquer, como uma etapa natural, resultado da própria lógica do sistema capitalista, ele deve ser analisado como produto de uma construção social consciente de que era imprescindível realizar algumas intervenções na forma de reprodução do sistema inspiradas no próprio socialismo para que continuasse a subsistir

De acordo com Przeworski e Hobsbawn, se por um lado a sobrevivência do capitalismo esteve submetida a determinados compromissos com o trabalho, a prosperidade deste também só foi viável enquanto o capital prosperou<sup>4</sup>. Em outras palavras, enquanto a subsistência do sistema capitalista dependeu de um compromisso com o trabalho, a continuidade do padrão de emprego e vida dos trabalhadores também esteve subordinada a um constante fortalecimento do capital produtivo.

Em relação aos fatores que precederam a necessidade ou decisão de intervenção na lógica do capital temos, primeiramente, o fator econômico. Os Anos Dourados vieram depois da Grande Depressão e de duas Guerras Mundiais, cuja destruição material e a necessidade de uma coordenação internacional mostrava-se imprescindível. Na questão política, a guerra fria, a ascensão dos partidos de esquerda e dos sindicatos, a simpatia que o socialismo propagava no mundo pelo seu excelente desempenho - enquanto o sistema capitalista dava sinais de decadência total -, foram, sem dúvida, fatores extremamente importantes. Já, o aspecto social foi marcado por altas taxas de desemprego,

---

<sup>3</sup> GLYN, 1990.

<sup>4</sup> A este respeito, ver PZEWORSK (1989) e HOBSBAWN (1995).

pobreza e miséria, motivos mais que suficientes para que uma intervenção fosse realizada a fim de reverter esse quadro. Este contexto econômico, político e social deu origem a uma urgente necessidade de intervenção no livre movimento do capital. Sem a construção social que se seguiu, não teríamos um período dourado para o capital e, provavelmente, tampouco a continuidade do sistema.

Após estes acontecimentos, uma construção social deu origem aos *Anos Dourados* do capitalismo, que por sua vez, foi construído em torno de três esferas decisivas: 1) No âmbito internacional, tivemos a realização do Acordo de Bretton Woods, que criou regras baseadas num compromisso internacional para a administração das taxas de câmbio, balanços de pagamentos e controle da mobilidade do capital, fato que consolidou uma ruptura com a lógica do equilíbrio natural das economias. É importante também destacar que o novo sistema monetário internacional, não mais baseado no padrão-ouro (extremamente limitado), e sim no padrão dólar-ouro, muito mais flexível, foi capaz de satisfazer a economia tanto em momentos de crise quanto de prosperidade; 2) no âmbito nacional, foi estabelecido um compromisso dos governos com o pleno emprego e com o crescimento econômico. Para atingir este objetivo, houve uma grande autonomia dos Estados Nacionais para a realização de políticas domésticas em detrimento da grande mobilidade e liberdade do capital internacional; 3) o papel da esquerda foi fundamental num período em que a crise do capital era intensa e acompanhada de forte desempenho da União Soviética. Um número significativo de países comunistas, crescimento e simpatia de partidos de esquerda pelo mundo foram elementos que fizeram com que a remodelação do capital fosse acompanhada da elevação do poder de barganha e nível de vida dos assalariados, além da conquista de um padrão de trabalho mais seguro e homogêneo.

A partir deste quadro, colocou-se em prática ações voltadas à administração do capital, à realização do pleno emprego e crescimento das economias. A situação do pós-guerra deixava claro que a reconstrução do capital só poderia ocorrer se este estivesse comprometido com interesses dos trabalhadores, assim como com a recuperação da Europa

e Japão e que os ideais de liberdade absoluta para a reprodução do capital, inevitavelmente, levaria o mundo capitalista à ruína e ao descontrole total.

## **1.1. O Compromisso Internacional**

Primeiramente, em relação ao compromisso internacional, foi baseado num contexto de descrédito aos ideais de livre mercado que aconteceu a Conferência de Bretton Woods<sup>5</sup>, em 1944.

Um sistema monetário internacional foi instituído a partir de experiências negativas acumuladas desde a 1ª Guerra Mundial. Durante a vigência do padrão-ouro, cada país estipulava o valor da sua moeda em relação ao ouro, depois da crise de 1930, o comércio internacional ficou debilitado e os países se utilizavam de desvalorizações de suas moedas como medida protecionista para tentar melhorar as condições de exportações.

O Acordo de Bretton Woods surgiu como uma iniciativa essencial para a construção de uma nova ordem mundial, através de um compromisso com o restabelecimento do comércio internacional num ambiente econômico administrado. Neste encontro, estava claro entre os meios políticos, diplomáticos e acadêmicos, a necessidade de uma política econômica voltada ao emprego e crescimento econômico para rearticular um comércio internacional saudável<sup>6</sup>.

Neste Acordo, havia duas propostas, o Plano Keynes (representante da Grã-Bretanha), que

---

<sup>5</sup> Conferência de Bretton Woods foi o nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos) com representantes de 44 países para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial.

<sup>6</sup> Ver MATTOS, 2001.

“permitia aos países modificar suas taxas de câmbio e adotar restrições comerciais para compatibilizar o pleno emprego com o equilíbrio no balanço de pagamentos (...), o Plano White (representante dos EUA) previa um mundo livre de controles e paridades fixas sob a supervisão de uma instituição internacional”<sup>7</sup>, o FMI<sup>8</sup>.

Como o financiamento estipulado para o FMI estava muito aquém do que Keynes havia proposto (US\$26, bilhões), a pouca generosidade do fundo (US\$8,8 bilhões) forçava a necessidade de uma maior flexibilidade nas taxas de câmbio para que a balança comercial entrasse em equilíbrio. Por fim, houve uma troca ou um acordo:

“da mesma forma que a insistência dos norte-americanos na limitação do volume de financiamento obrigou-os a ceder às exigências britânicas de flexibilidade cambial, ela os obrigou também a aceitar a manutenção dos controles de capital. Por último, os britânicos obtiveram a aprovação da cláusula da escassez de divisas autorizando os controles sobre as exportações de países que registrassem superávits” (EICHENGREEN, 2000).

O acordo de Bretton Woods foi baseado em 3 princípios: 1) paridade entre as moedas; 2) câmbio estável (porém flexível) e 3) controle sobre a mobilidade do capital. Como destaca Mattos (2001), como a prioridade dos EUA era a reconstrução do comércio mundial livre de barreiras, o acordo previa a proibição de medidas protecionistas, de modo que a regra para o ajuste da balança de pagamentos seria via transferência de recursos pelo FMI<sup>9</sup>. O significado destes três princípios de Bretton Woods era a hegemonia do dólar, a

---

<sup>7</sup> John Maynard Keynes atuou como representante do Governo da Grã-Bretanha e H. Dexter White foi o principal assessor técnico do Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau.

<sup>8</sup> EICHENGREEN, 2000.

<sup>9</sup> Organização financeira internacional criada em Bretton Woods foi criada com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, de coordenar as paridades monetárias (evitar desvalorizações

necessidade de se evitar desvalorizações cambiais competitivas e, por último, um controle de movimentos de capitais a fim de evitar problemas nos balanços de pagamentos.

Porém, dentre estes três princípios, o único que realmente funcionou desde o começo do acordo foi, segundo Eichengreen, o controle da mobilidade do capital, os outros dois tiveram que esperar a reconstrução da Europa para que fossem viáveis.

“Os controles de capital eram o único elemento que funcionou mais ou menos como o planejado, estabeleceu-se limites às taxas de juro, foram impostas restrições aos tipos de ativos nos quais os bancos podiam investir, os governos regulavam os mercados financeiros para canalizar o crédito para setores estratégicos, a existência de licenças de importação complicava as transações de capital, etc. A eficácia destes controles prevaleceram durante as décadas de 40 e 50”(EICHENGREEN, 2000).

O pós-guerra significava prioridades para os países desenvolvidos. Para os EUA, que saíram da guerra sem sofrerem danos, a prioridade era a volta ao comércio internacional, já que eram produtores de alimentos, matérias-primas e bens de capital. Diferentemente, a necessidade da Europa era de um urgente compromisso com o emprego e crescimento da economia, devido a situação de destruição generalizada em que se encontrava e também devido à pressão exercida pela esquerda.

Assim, dado o cenário geral, caracterizado pelos fatores sociais, econômicos e políticos, os EUA tiveram que se submeter a uma desvalorização cambial européia, o que na prática significava a discriminação de produtos americanos para que pudessem priorizar suas economias domésticas.

---

cambiais) e de levantar fundos entre os diversos países-membros, para auxiliar os que encontram dificuldades nos pagamentos internacionais. O fundo é dirigido por vinte diretores (cinco nomeados pelos países que detêm o maior número de cotas e os restantes eleitos entre os representantes), que elegem entre si um diretor-geral. Uma das principais funções do fundo é regular as paridades das moedas (sua relação com o ouro).



Neste contexto, surge a União Européia de Pagamentos - UEP<sup>10</sup>, uma espécie de Bretton Woods em que os EUA estavam excluídos. Segundo Eichengreen, a UEP se aproximava de Bretton Woods na medida em que

“era uma entidade regional para complementar as ações do FMI, cujos países que registravam déficits com UEP teriam acesso a créditos em ouro e dólares, criava também um Código de Liberalização para a eliminação das restrições de conversão entre as moedas para fins de transações em contas correntes em que as barreiras deveriam cair 60% e 75%”.

Por outro lado, se distanciava do modelo de Bretton Woods

“na medida em que os EUA aceitavam o Código de Liberalização e admitiam o irrealismo do cronograma de Bretton Woods (...) ao permitir que os países da EUP reduzissem as barreiras ao comércio entre eles mais rapidamente do que eliminavam as restrições às importações dos EUA, os americanos aceitavam na prática uma discriminação comercial” (EICHENGREEN, 2000, p.148).

A situação de falta de liquidez em que os países desenvolvidos se encontravam no pós-guerra, com uma intensa busca por dólares para satisfazer as suas necessidades de reconstrução e sem disporem de reservas em ouro e comércio exportador capazes de captar divisas, foram circunstâncias que fizeram com que os Estados Unidos reconhecessem a inviabilidade de atingir os objetivos de restabelecimento de um comércio

---

<sup>10</sup> Instituição de pagamentos existente em 1950-1958, subordinada à Organização Européia de Cooperação Económica (OECE). Seu objetivo era incrementar o comércio multilateral entre os países-membros cujas economias estavam em fase de recuperação pós-guerra.

internacional sem que primeiramente a Europa pudesse se reconstruir internamente. Por este motivo, os Estados Unidos aceitaram a desvalorização cambial e a criação da UEP.

Além de tudo, os Estados Unidos criaram, em 1947, um Programa de ajuda aos países destruídos pela Guerra com uma quantia de US\$13 bilhões através do Plano Marshall<sup>11</sup>. Este Plano, além de possibilitar a reconstrução e desenvolvimento do aparelho produtivo europeu, serviu de obstáculo à expansão comunista na região, pois somente um capitalismo próspero seria capaz de afastar o inimigo da Guerra Fria. A intensa recuperação da produção, da renda, do emprego e a melhora na balança de pagamentos que se prosseguiu foram fundamentais para que houvesse uma hegemonia consensual americana e formação de um escudo aos ideais socialistas. As mudanças nas taxas de câmbio, a discriminação das exportações norte-americanas e o Plano Marshall foram medidas utilizadas para suprir a necessidade de liquidez e revigorar a economia européia.

No entanto, ainda que estas medidas fossem vitais para a hegemonia dos Estados Unidos, na medida em que seus interesses se consolidavam no âmbito político e econômico (através da contenção dos ideais socialistas e penetração do grande capital norte-americano na Europa), elas estavam carregadas de movimentos ambíguos, já que os Estados Unidos, através dessa injeção de liquidez fora de seu território, apresentavam crescentes déficits, agravados ainda mais pelo crescimento das filiais norte-americanas na Europa em busca de um mercado de consumo (ver MATTOS, 2001)

Outro elemento importante que favoreceu a liquidez internacional foi o papel exercido pela moeda-crédito. A forma de adiantamento de investimentos, através do crédito, não é nova. Em Marx encontramos uma detalhada descrição da importância deste procedimento. De acordo com ele, quando o dinheiro assume feição de mercadoria - que pode ser comprada, vendida, investida e transformada em meio de rendimento, ele penetra na sociedade capitalista e faz com que o capital industrial esteja cada vez mais dependente dele. Em outras palavras, todas as etapas da esfera produtiva, desde o fornecimento da matéria-prima até a chegada do produto nas mãos do consumidor, está envolvida com o

---

<sup>11</sup> O Plano Marshall foi um Programa de recuperação européia lançado em 1947 pelo secretário de Estado Norte-americano George C. Marshall. Executado no período 1948-1951, o programa abrangeu dezesseis países.

sistema de crédito, que funciona não como pagamento na sua forma dinheiro, mas como uma promessa futura deste pagamento que se generaliza em todas as compras.

“(…) a mercadoria é vendida não contra dinheiro, mas contra uma promessa escrita de pagamento em determinado prazo. Para maior brevidade, podemos reunir todas as promessas de pagamento na categoria geral de letras de câmbio. Até o dia do vencimento e pagamento, essas letras de câmbio circulam como meio de pagamento; e elas constituem o dinheiro comercial propriamente dito” (O Capital, cap. XXV).

Sendo assim, desde o padrão-ouro, já conhecíamos esta forma de adiantamento do dinheiro sob a forma de crédito, porém, foi somente com o surgimento do padrão dólar-ouro, estabelecido a partir do Acordo de Bretton Woods, que o sistema de crédito foi plenamente compatível com as necessidades da economia, tanto em momentos de prosperidade, como em momentos de crise.

A hegemonia da moeda americana, com sua maior elasticidade, garantiu a liquidez internacional, o que não seria possível no padrão-ouro. Contudo, para assegurar a credibilidade do padrão dólar-ouro, os Estados Unidos comprometeram-se a garantir a conversibilidade dos dólares das reservas nacionais em ouro quando solicitado. Sendo assim, este novo padrão significou a hegemonia da moeda norte-americana no mundo, que passou a exercer dupla função: 1. Crédito para liquidez; 2. referência internacional de valor.

O limite do padrão-ouro residia na sua extrema rigidez. Em outras palavras, a oferta de crédito era condicionada à reserva em ouro, o que impedia a emissão de moeda de acordo com a necessidade da economia e, muitas vezes, aprofundava ainda mais as crises. O padrão dólar-ouro inverteu esta situação, criou condições para que o crédito ou a emissão de moeda fosse condicionado, não a uma existência prévia de renda ou reservas em ouro, mas sim, às necessidades que a economia determinava. Dessa forma, o padrão dólar-

ouro deu origem a uma economia de endividamento, mas mostrou-se superior ao padrão anterior.

No pós-guerra, momento em que os países desenvolvidos tinham uma urgente necessidade de reconstruir a capacidade produtiva, dada a demanda reprimida desde alimentos até bens de produção, a expansão da moeda-crédito exerceu papel fundamental para impulsionar o aquecimento da atividade econômica.

Assim, a economia de endividamento estimulou um círculo virtuoso da economia a partir do momento em que a emissão de moeda, através de créditos, foi utilizada dentro da esfera produtiva, gerando empregos, lucros e salários e maior poder de consumo, que por sua vez, demandou mais investimentos produtivos. Desse modo, enquanto a moeda creditícia (atrelada ao ouro) esteve direcionada ao estímulo da produção e consumo, ela retornava para a esfera bancária saldando as dívidas e passava a estar disponível para realização de novos créditos.

Entretanto, a sustentação deste sistema é a credibilidade. Do lado dos capitalistas, são as perspectivas de lucros futuros que faz com que continuem a investir adiantadamente. Para os consumidores, é a crença de que poderão pagar as dívidas que os impulsiona a consumir também de forma adiantada. Num contexto internacional, é a crença no sistema dólar-ouro que sustenta uma constante emissão de moeda para liquidez da economia. Porém, este sistema possui uma natureza contraditória, um otimismo excessivo implica, inevitavelmente, na desconfiança da conversibilidade dos dólares em ouro<sup>12</sup>, na medida em que a diferença entre um e outro vai aumentando.

Em outras palavras, este dinheiro elástico do padrão dólar-ouro, capaz de suprir as necessidades da economia em todas as fases, seja em períodos de expansão ou depressão, tem em contrapartida a condição de que os empréstimos somente sejam “infinitos na ausência de riscos morais e não há garantias de ausência de riscos”(CHICK, 1994). Estes riscos acontecem quando a elasticidade da moeda atinge tal proporção a ponto de tornar evidente a impossibilidade de converter todos os dólares em ouro, ameaçando o

---

<sup>12</sup> Ver GUTTMANN, 1996.

sistema e, conseqüentemente, a sua relação positiva com o crescimento produtivo do capital.

## 1.2. Os Estados Nacionais

O segundo fator, sem o qual não poderíamos compreender o pleno emprego foi o papel exercido pelos Estados Nacionais, que passaram, através de políticas anticíclicas keynesiana, a participar ativamente na economia.

As interferências dos Estados Nacionais implicavam numa ampliação dos gastos públicos em relação ao PIB e rompiam com os orçamentos equilibrados que predominavam anteriormente. No entanto, se num primeiro momento a expansão dos gastos públicos se apoiava nos déficits públicos para impulsionar a economia, num segundo momento ela criava condições para a realização do saldo das dívidas, na medida em que a ampliação do volume dos negócios e consumo recuperava a capacidade de arrecadação de impostos do Estado. Assim, a ampliação dos gastos públicos sobre o PIB não deve ser entendida como um obstáculo ao crescimento econômico sim como um fator importante (CARVALHO FILHO, 2001).

**Tabela 1.3 - Gastos públicos como proporção do PIB**

**1938 – 1985**

Anos	França	Alemanha	Reino Unido	EUA
1938	29	37	29	22
1950	38	n.d.	35	22
1960	39	32	35	28
1970	39	39	42	34
1975	43	49	51	35
1980	44	49	47	35
1985	50	49	46	38

Fonte: apud Mattos (2001)

O Estado foi o grande responsável pelo pleno emprego direta e indiretamente. Indiretamente, ele estimulou a capacidade produtiva privada por meio de obras públicas em infra-estrutura, extremamente necessárias para o desenvolvimento do setor privado e que não concorria com ele. Ao mesmo tempo, também estimulou o aumento do consumo da população em geral, primeiro, através da intermediação nas negociações coletivas de trabalho para elevação dos salários e, em segundo lugar, através de uma política de transferência de renda para famílias carentes, inativos e desempregados. Assim, uma massa de consumo era composta por aqueles que estavam dentro e fora do mercado de trabalho, gerando expectativas crescentes de lucro e, conseqüentemente, maiores necessidades de investimentos e empregos<sup>13</sup>.

Se, indiretamente, o Estado exerceu papel fundamental para a elevação das taxas de emprego a patamares incomparáveis ao passado, mais importante ainda foi a sua atuação direta como empregador, sendo que em alguns países, foi o único responsável pelo pleno emprego, caso da Suécia e Inglaterra<sup>14</sup>. O crescimento de empregos públicos criados no pós-guerra esteve ligado à nacionalização de empresas, bem como à universalização de serviços públicos do Estado de Bem-Estar Social, principalmente nas áreas de educação e saúde. Tínhamos então, não apenas um momento de intensa atividade econômica resultante de um ciclo próspero do sistema capitalista, mas acima de tudo, um forte compromisso do Estado com o crescimento econômico, com o pleno emprego e com melhores condições de vida para a sociedade. Desse modo, o Estado distanciava-se de sua função minimalista e adquiria maior responsabilidade econômica e social<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Para OLIVEIRA (1998), este papel exercido pelo Estado significou uma ruptura com o poder hegemônico do mercado. O Estado passou a ser responsável por grande parte dos investimentos produtivos (através das empresas estatais), pela prestação de serviços a sociedade e pela transferência de renda àqueles que não estavam inseridos no mercado de trabalho, resultando numa desmercantilização da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, o que não significa que o Estado fosse anticapitalista.

<sup>14</sup> ROSE, 1985.

<sup>15</sup> CARVALHO, FILHO, 2001.

**Tabela 1.4 - Taxas Médias de Desemprego**  
**(% da população ativa total)**

Países	1921/29	1930/38	1950/59	1960/67	1968/73
Alemanha	9,2	21,8	4,9	0,8	0,8
EUA	5,1	14,5	4,5	5,0	4,6
França	3,8	10,2	1,8	1,5	-
Inglaterra	8,3	11,7	1,4	1,5	2,4
Itália	3,3	9,6	10,1	4,9	5,7
Japão	-	4,9	2,2	1,3	1,2
Suécia	14,2	15,8	2,2	1,6	2,2

Fonte: apud Mattoso (1995)

Cabe aqui, uma explicação mais detalhada do papel do emprego público para o pleno emprego. Até a Segunda Guerra Mundial, pode-se dizer que o Estado não empregava parcela significativa da força de trabalho e tinha até mesmo um crescimento muito lento. O emprego público, até este momento, foi basicamente concentrado nas áreas de defesa externa, coleta de impostos e segurança pública, no final do século XIX passou a abranger também serviços modernos de ensino, correio-telégrafo e ferroviário<sup>16</sup> (Eneutom, pag.12).

Foi com a urbanização e industrialização que os Estados, independentemente da tradição liberal ou estatista, passaram a ter maior atuação na criação de empregos públicos. Os Estados passaram a ser responsáveis pela providência de serviços nas áreas de transporte, comunicação, saúde e educação, sendo estes dois últimos de trabalho-intensivo.

Conforme mostra a tabela abaixo, a Alemanha alcançou maior destaque em meados do século XIX no que se refere ao emprego público, adiantando-se em relação aos demais através de uma atuação do Estado que ultrapassava as funções mínimas. Desde o

---

<sup>16</sup> *Idem*, p. 12

século XIX, a Alemanha havia desenvolvido um sistema público de educação e detinha as estatais de siderurgia e carvão<sup>17</sup>.

**Tabela 1.5 - Crescimento do emprego público até 1951**

**(% da força de trabalho)**

Países	Meados do séc. XIX (a)	Pré-1914	Pré-1939	1951	Varição em pontos percentuais
Grã-Bretanha	2,4	7,1	10,8	26,6	24,2
França	5,0	7,1	8,9	16,0	11,0
Alemanha	7,2	10,6	12,9	11,9	4,7
Itália	2,2	4,7	7,8	9,9	7,7
Suécia (b)	(3,0)	(2,0)	(4,0)	(7,0)	(4,0)
EUA	0,8	1,4	7,9	11,8	11,0

Fonte: Rose (1985)

(a) Primeiro ano com dados apropriados disponíveis.

(b) Os dados referente a este país não é comparável com os outros devido ter sido calculado como porcentagem da população e não da força de trabalho. Em 1950 o emprego público era de 7,0% da população e 15,2% da força de trabalho.

De acordo com Rose (1985), foi a partir da 1ª Guerra Mundial que o emprego público praticamente dobrou, devido as necessidades de uma sociedade mais industrializada e urbanizada. Contudo, as taxas de emprego público em relação ao total da força de trabalho ainda eram incomparavelmente menores se comparadas ao período seguido da Segunda Guerra Mundial.

Entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial, não havia somente uma disparidade entre as taxas de emprego público, mas também uma diferenciação do tipo de emprego criado. Como vimos, inicialmente, o crescimento do emprego público estava concentrado basicamente em áreas de defesa, transportes e comunicação. Contudo, em meados do século XX, ele adquire uma face predominantemente de cunho social, voltado às áreas de educação, saúde e assistência social.

---

<sup>17</sup> Em 1881, o Governo de Bismark, através das reformas sociais, inaugurou uma primeira forma de Estado Social.



O setor público apresentou maior dinamismo de crescimento quando comparado ao setor privado. Com exceção dos EUA, que apresentaram taxas de crescimento bem próximas em ambos setores, na Europa, o governo foi o maior responsável pela criação de empregos (Rose, 1985).

No pós-guerra, em alguns países, houve até mesmo uma redução do emprego privado, “em grande parte, devido aos elevados ganhos médios de produtividade” (CESIT, 2001). O emprego público, por sua vez, mostrava grande dinamismo devido a maior responsabilidade econômica e social do Estado e, também, pelo fato dos programas sociais serem caracterizados pela utilização de trabalho-intensivo.

Apenas para exemplificar, na Inglaterra, entre os anos 1966-1976, o crescimento do emprego público foi de 1,6 milhão, enquanto no setor privado houve uma redução de 2,1 milhões de empregos. Na Suécia, entre os anos 1950 e 1980 o emprego público cresceu 216% e o emprego privado reduziu em 4%<sup>18</sup>.

Desde a década de 50, o emprego público já alcançava tamanho significativo. No início desta década, o emprego público atingiu quase 27% da força de trabalho total na Grã-Bretanha, aproximadamente 15% na Suécia e Alemanha e por volta de 17% nos Estados Unidos. Entre as décadas de 50 e 80, Suécia e Itália mais que dobraram as suas taxas de emprego público sobre o conjunto da força de trabalho, na Alemanha e França as taxas quase dobraram e mantiveram-se estacionadas nos Estados Unidos. A partir de meados da década de 90, houve diminuição destes números nos Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha, mas mantiveram forte desempenho na Suécia, Itália e França (ver tabela 1.6).

Em relação aos EUA, devemos frisar que, em 1945, o país empregava no setor público 29% da sua força de trabalho, sendo que 77% destes estavam na defesa e grande parte continuaram mobilizados devido a guerra fria<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> CARVALHO FILHO, 2001, p. 24.

<sup>19</sup> Esta informação é importante para entendermos que não basta apenas analisarmos o número de empregos públicos criado, mas também qual a finalidade deste emprego e que tipo de compromisso cada Estado assume com a sociedade.

**Tabela 1.6 - Participação do emprego público no conjunto da força de trabalho empregada**

Países	1950/51	1980/82	1994/95
EUA	17,0	18,3	14,9
Alemanha Ocidental	14,4	25,8	15,4
França	17,5	32,6	27,0
Grã-Bretanha	26,6	31,4	16,9
Itália	11,4	24,4	23,2
Suécia	15,2	38,2	38,1

Fonte: CESIT, Relatório: A importância do setor público, abril, 2001.

Nota: Utilizou-se o conceito amplo de setor público, que inclui os três níveis de governo (federal, regional e local) mais as empresas públicas.

Foram os programas sociais, marcadamente de trabalho intensivo, que tiveram maior relevância no crescimento do emprego público e representaram uma maior responsabilidade do Estado na prestação de serviços para a sociedade. Em muitos países, somente os programas sociais representaram quase ou mais que 50% do emprego público total em 1981 e até 20% do total da força de trabalho, como é o caso da Suécia.

**Tabela 1.7 - Mudanças no Emprego Público, Programas Sociais**

Países	% do Emprego Público			% da Força de Trabalho		
	1951	1981	Variação em pontos percentuais	1951	1981	Variação em pontos percentuais
Grã-Bretanha	20,9	45,3	+24,4	5,6	14,2	+8,6
França	19,4	42,4	+23,0	3,4	12,3	+8,9
Alemanha	30,8	37,8	+7,0	4,5	9,7	+5,2
Itália	22,3	38,0	+15,7	2,5	9,3	+6,8
Suécia	29,8	53,8	+24,0	4,8	20,7	+15,9
EUA	23,9	48,7	+24,1	4,1	8,9	+4,8

Fonte: Rose (1985)

**Tabela 1.8 - Mudanças no Emprego Público, Programas Econômicos**

Países	% do Emprego Público			% da Força de Trabalho		
	1951	1981	Variação em pontos percentuais	1951	1981	Variação em pontos percentuais
Grã-Bretanha	47,6	31,5	-16,1	12,7	9,9	-2,8
França	41,0	26,8	-14,2	7,2	7,3	+0,1
Alemanha	50,1	31,2	-18,9	7,2	8,2	+1,0
Itália	31,4	30,6	-0,8	3,6	7,5	+3,9
Suécia	38,1	25,7	-12,4	6,1	9,9	+3,8
EUA	15,4	17,6	+2,2	2,8	3,2	+0,4

Fonte: Rose (1985)

Dentre os programas sociais, as áreas mais importantes para a geração de emprego foram educação e saúde. De acordo com Carvalho Filho (2001), na França, por exemplo, o aumento de pessoal na educação, 745 mil, foi a segunda maior causa da expansão do emprego público entre 1950 e 1980, respondendo por 28% da expansão do emprego. Na Alemanha, ainda neste período, a expansão do pessoal na área da educação foi a maior causa do emprego, ficando a saúde em segundo lugar. Na Inglaterra e Estados Unidos, o peso da educação no total do emprego público também foi maior.

Em suma, a discussão do emprego público é imprescindível para entendermos o pleno emprego que caracterizou os *anos dourados* do capitalismo. Seu intenso crescimento, principalmente em áreas sociais, foi resultado de uma maior responsabilidade dos governos. A singularidade do emprego criado na esfera pública distanciava-se da pura lógica do capital de duas formas: primeiro, por ser marcadamente trabalho-intensivo, contrariamente à necessidade intrínseca de constante elevação da composição orgânica do capital<sup>20</sup> e, em segundo lugar, por estar fora processo de mercantilização do fornecimento de bens e serviços à sociedade.

---

<sup>20</sup> Conceito formulado por Karl Marx ao analisar o processo de produção capitalista. A elevação da composição orgânica do capital resulta de um crescimento mais intenso do capital constante em relação ao capital variável.

Devido às características peculiares do emprego público e o forte compromisso social dos Estados, o emprego público no pós-guerra chegou a atingir até 38% do total da força de trabalho na Suécia (tabela 1.6). Por outro lado, somente os programas sociais chegaram a atingir cerca de 50% do total do emprego público em alguns países, como já observamos anteriormente (ver tabela 1.7).

A tendência a partir dos anos 80 foi contrária a do pós-guerra em muitos países, em partes devido às resistências de elevação do gasto público e também devido ao processo de privatização<sup>21</sup>. Em meados da década de 90, o emprego público no conjunto da força-de-trabalho atingiu 14,9% nos EUA, 15% na Alemanha e 17% na Grã-Bretanha. De outro lado, resistiram às quedas países como Itália, França e Suécia, onde houve forte defesa do emprego público “organizada por setores sociais influentes e por movimentos políticos de esquerda que impediram uma redução significativa e manteve a sua importância no total do emprego” (CESIT, 2201).

### **1.3. A Esquerda e os Sindicatos**

O terceiro ponto que influenciou a consolidação de uma domesticação do capital foi o papel exercido pela esquerda que, como analisa Przeworski, já vinha crescendo desde o final do século XIX.<sup>22</sup>

De acordo com o autor, os operários nunca formaram uma maioria de membros votantes de nenhuma sociedade com capacidade suficiente para levar a esquerda ao poder político. Desse modo, para alcançar a maioria e chegar ao poder, a esquerda teve que formar um compromisso que incorporasse interesses que estivessem além daqueles ligados à classe trabalhadora, ou seja, interesses que abrangessem todos os cidadãos.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Ver CESIT, 2001.

<sup>22</sup> PRZEWORSKI, 1989.

<sup>23</sup> *Idem*

Dessa forma, a social-democracia incorporou os interesses das várias frações da sociedade para atingir o poder pela vontade da maioria. Entretanto, como a esquerda não representava apenas uma classe social e sim a sociedade, foi somente com a Grande Depressão que ela finalmente encontrou uma alternativa de atuação governamental, através de uma forte intervenção do Estado na economia, baseada nas políticas anticíclicas da teoria de Keynes, como por exemplo, a ampliação dos gastos públicos sobre o PIB, o aumento dos investimentos em obras públicas, diminuição das taxas de juros e a emissão de papel moeda, fundamentais para incentivar os investimentos, consumo e o nível de emprego.

A esquerda, que já crescia desde o fim do século XIX, encontrou a partir da Grande Depressão uma alternativa política dentro do sistema capitalista. Porém, sem o sucesso econômico da União Soviética e a ameaça que representava ao sistema capitalista, que fortaleceu o crescimento dos partidos de esquerda ao redor do mundo, talvez o capitalismo não tivesse sido reformado a ponto de resultar não apenas em *Anos Dourados* para o capital, mas também para o trabalho.

Em contraposição ao efeitos perversos do capitalismo, os movimentos sociais protecionistas foram se organizando, a fim de que a reprodução da força de trabalho deixasse de estar exclusivamente ligada ao livre movimento do capital. Foi por meio da atuação sindical (contratação coletiva de trabalho) e do Estado (políticas do trabalho e de proteção social) que diminuiu a submissão dos indivíduos aos ditames do capital, ou seja, uma regulação do trabalho foi estruturando-se em torno da remuneração, tempo de trabalho e contratação de mão-de-obra<sup>24</sup>.

No entanto, este tipo de atuação do Estado é fruto da pressão exercida por partidos políticos e sindicatos. Enquanto o movimento sindical defendia um salário mínimo, a política pública garantia renda mínima aos aposentados, doentes, velhos, desempregados, etc, de modo que se criou uma socialização da renda e estabeleceu-se limites ao capital<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> DEDECCA, 1995.

<sup>25</sup> POCHMMAN, 1993.

No período pós-guerra, o cenário da Guerra Fria favoreceu o poder de barganha dos trabalhadores que passaram a ter o salário mínimo não apenas de acordo com os custos de reprodução social, mas que incorporasse também os ganhos de produtividade<sup>26</sup>.

A classe trabalhadora, por meio de partidos políticos próprios e sindicatos, formaram uma força tal que, sem ela, não teríamos assistido a remodelação pela qual passou o capitalismo. Enquanto os sindicatos organizavam a classe trabalhadora, os partidos políticos organizavam não apenas os assalariados em seu conjunto, mas a sociedade em geral, unindo interesses de vários estratos a fim de revigorar o capital e, ao mesmo tempo, evitar suas mazelas<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> *Idem.*

<sup>27</sup> *Idem.*



## **Capítulo 2: Crise dos anos 60 e 70, Reestruturação do capital produtivo e Financeirização do Capital**

O padrão de desenvolvimento conjugado com o padrão de produção que se estabeleceu no pós-guerra foi possível graças a um contexto econômico, político e social específico, sem o qual, provavelmente, não ocorreria os *anos dourados* do capitalismo.

Em meio a este contexto, um compromisso internacional foi realizado a fim de se reconstruir os países desenvolvidos destruídos pela Guerra, bem como restabelecer o comércio internacional.

O Acordo de Bretton Woods (1944) estabeleceu o controle da mobilidade do capital, estipulou o padrão dólar-ouro como moeda de referência internacional, muito mais elástica para satisfazer as necessidades de liquidez e, através da desvalorização cambial dos países desenvolvidos em relação à moeda americana, permitiu que estes países pudessem ter maior autonomia em priorizar o crescimento e emprego. Sendo assim, ao menos inicialmente, os Estados Unidos tiveram que se submeter ao protecionismo destas economias, o que significava na prática, a discriminação das exportações norte-americanas<sup>28</sup>.

O Plano Marshall (1947), por sua vez, respondeu a uma necessidade não apenas econômica, mas principalmente política. Os Estados Unidos, logo no pós-guerra,

---

<sup>28</sup> O acordo de Bretton Woods foi baseado em 3 princípios: 1) paridade entre as moedas; 2) câmbio estável (porém flexível) e 3) controle sobre a mobilidade do capital. Era interesse dos EUA que houvesse a paridade entre as moedas, já que sua necessidade no imediato pós-guerra era restabelecer o comércio internacional livre de barreiras, o que não era possível para a Europa. Dado o cenário social, econômico e político, ou seja, desemprego, destruição de toda a capacidade produtiva e Guerra Fria, os EUA aceitaram a desvalorização cambial européia.



ameaçados pelo “espectro do comunismo” e com uma enorme necessidade de revitalizar o comércio internacional para expandir a venda de seus produtos, concederam uma ajuda de US\$13 bilhões para a recuperação da Europa.

Enquanto se dava a liquidez internacional e recuperação dos países desenvolvidos, via Plano Marshall, discriminação de exportações norte-americanas, desvalorizações das moedas européias frente ao dólar e, sobretudo, o papel exercido pela moeda-crédito, os EUA entravam num crescente déficit, fator que era agravado ainda pelo deslocamento de empresas e bancos americanos para solos estrangeiros, os quais formaram um mercado de eurodólares. Os eurodólares permitiram “uma ‘milagrosa’ multiplicação de crédito” (CHESNAIS, p. 252) através do estabelecimento de um mercado privado interbancário, sem controle dos Bancos Centrais. Esse fluxo de capital fez com que os Estados Unidos passassem de credores para devedores internacionais, enquanto o mercado de eurodólares ampliava a “nuvem de papel”, ou seja, a globalização financeira resultou da desmedida expansão financeira internacional<sup>29</sup>.

Contudo, a reconstrução da Europa e Japão, da mesma forma que significou o alcance do objetivo primordial dos Estados Unidos, que era restabelecer o comércio mundial e fortalecer as bases do capitalismo diante do inimigo comunista, tão importante para sua economia, também fez com que os países reconstruídos se tornassem fortes concorrentes frente aos americanos no mercado mundial.

Contraditoriamente, se por um lado, estes compromissos favoreceram um cenário de liquidez, regulação internacional do capital, maior autonomia dos Estados Nacionais para o crescimento, emprego e reconstrução, elementos *sine qua non* para um consistente e sadio restabelecimento do comércio internacional, assim como obstáculo aos ideais do socialismo. Por outro lado, proporcionaram que Europa e Japão emergissem como ameaças aos Estados Unidos no plano comercial internacional.

Na década de 60, o padrão de industrialização norte-americano, caracterizado pela produção e consumo de massas, alcançava maior dinamismo fora dos

---

<sup>29</sup> Ver CANO, 1998, p. 37.

Estados Unidos<sup>30</sup> em contraposição aos países centrais, os quais encontravam um papel propulsor adicional no consumo de bens duráveis que alimentava fortemente suas economias<sup>31</sup>.

Sendo assim, a crise do ciclo expansivo no capitalismo avançado teve origem nesta década, com destaque para ascensão da Europa e Japão na concorrência internacional e o esgotamento do padrão de industrialização e internacionalização do capital no pós-guerra, determinado pela saturação dos mercados como resposta aos limites do modelo de produção e consumo de massas nos países industrializados. A intensificação da crise ocorre a partir dos choques do petróleo na década de 70, fato que provocou de imediato uma queda na produção e consumo, com repercussão negativa na economia que já não funcionava a todo vapor<sup>32</sup>.

Em meio a crise, vários fatores favoreceram a reprodução do capital na esfera financeira em detrimento da produtiva. Como já vimos, desde a década de 60, o euromercado de dólares era sinônimo de uma descontrolada expansão financeira internacional e ameaça à conversibilidade de dólares em ouro. A partir da década de 70, três acontecimentos marcaram a ruptura com o Acordo de Bretton Woods e, conseqüentemente, facilitaram ainda mais a especulação financeira.

Em 1971, os Estados Unidos, pressionados pela ameaça de conversibilidade da moeda<sup>33</sup>, assumiram a impossibilidade do compromisso com a conversão e decidiram romper com o padrão dólar-ouro, estabelecendo o padrão dólar e impondo a hegemonia da sua moeda internacionalmente. Em 1973, as flutuações cambiais abriram as portas para a especulação das moedas e, em 1979, os Estados Unidos elevaram a taxa de juros, o que fez

---

<sup>30</sup> Neste período, os EUA possuíam um crescimento do mercado consumidor apenas vegetativo, devido a sua maior maturidade em comparação com as outras economias.

<sup>31</sup> TEIXEIRA, 1983, pg. 181.

<sup>32</sup> DEDECCA, 1998.

<sup>33</sup> Na segunda semana de agosto de 1971, França e Grã-Bretanha planejavam converter dólares em ouro, porém Nixon fechou o guichê do ouro, suspendendo o compromisso de entregar ouro a governos credores a US\$35 por onça ou a qualquer outro preço.

reverter o processo de liquidez internacional. Os investimentos públicos e privados tornaram-se caros, com repercussão negativa para a geração de empregos, enquanto os investimentos de curto prazo passaram a ser mais privilegiados.

Neste contexto de instabilidade econômica e acirrada concorrência, as grandes empresas transnacionais foram em direção a uma reestruturação produtiva e também buscaram investimentos financeiros, criando bases para a refutação do padrão de relações entre capital e trabalho que surgiu no pós-guerra.

Finalmente, nos anos 80, temos a constituição de uma *modernização conservadora*, cujo crescimento econômico ocorreu em meio a uma maior flexibilização do trabalho e um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional<sup>34</sup>, substituindo a relação virtuosa anterior entre capital e trabalho a uma nova subordinação deste último.

Nesse sentido, podemos deduzir a existência de uma íntima relação entre crise, maior autonomia do capital financeiro a reestruturação produtiva, que tem relação com o contexto que ainda vivemos, marcado pelo desemprego e precarização das condições de trabalho.

Sendo assim, se não temos mais um padrão de desenvolvimento compatível com um padrão de acumulação do capital, pode-se afirmar a volta da natureza do capital em submeter o emprego e as condições do trabalho à sua forma de reprodução, bem como as políticas nacionais e organização dos trabalhadores do planeta.

O círculo virtuoso do capitalismo no pós-guerra, caracterizado pela relação fordista entre capital e trabalho, pleno emprego, alta produtividade, internacionalização do comércio, constantes investimentos produtivos e crescimento do consumo<sup>35</sup>, conhece o seu período de crise e dá lugar a um círculo vicioso da economia.

Com o distanciamento da Grande Depressão, da ameaça comunista e das Grandes Guerras, a conciliação entre capital e trabalho deixa de ser imprescindível para a

---

<sup>34</sup> Ver MATTOSO, 1995.

<sup>35</sup> Ver GLYN, 1990.

sobrevivência do sistema capitalista e uma onda neoliberal entra em vigor, com desregulamentação do mercado de trabalho, do comércio e financeiro.

## **2.1. Novas formas de Inserção das Grandes Empresas em Contexto de Instabilidade Econômica e Forte Concorrência Mundial**

A forte concorrência exercida pelos países centrais à economia norte-americana depois da reconstrução, assim como a saturação deste mercado, fez com que os Estados Unidos, levados pela necessidade de expansão do processo de acumulação, levassem suas filiais em direção à Europa.

Já no final da década de 60, o circuito entre matriz e filiais norte-americanas garantia um grande fluxo de transações comerciais que oscilava entre 30% e 50% de todo o comércio exterior americano<sup>36</sup>. As filiais americanas em solos estrangeiros fizeram parte de uma estratégia de penetração e aproveitamento dos mercados europeus como resposta à ameaça comercial que estes exerceram depois da reconstrução de suas economias.

No entanto, Europa e Japão passaram a disputar também no âmbito do Investimento Externo Direto (IED) e espalharam suas filiais aos mercados periféricos, superando e colocando novamente em perigo outra forma da posição hegemônica dos Estados Unidos. Nesta nova forma de competição, através da internacionalização do capital, tiveram grande peso a Alemanha e o Japão<sup>37</sup>. “A Alemanha Ocidental, por exemplo, quase quadruplicou seus investimentos no estrangeiro entre 1965 e 1970 (...)” (TEIXEIRA, p.187).

---

<sup>36</sup> TEIXEIRA, 1983, p.186.

<sup>37</sup> De acordo com TEIXEIRA, p. 189 “A crise da economia nacional americana, em termos estruturais, agrava-se sem parar e a perda de competitividade, os déficits fiscal e de balanço de pagamentos são apenas as manifestações mais aparentes (...) O subsistema de filiais norte-americanas expande-se menos rapidamente a partir de meados dos anos 60 que o conjunto de filiais européias e japonesas no mundo”

A década de 70, por sua vez, trouxe acontecimentos que agravaram ainda mais a situação de crise já iniciada na década anterior e tomou maior magnitude através do primeiro choque do petróleo em 1973. Os EUA e Europa adotaram políticas com vistas a reduzir o consumo do petróleo num primeiro momento<sup>38</sup>, atitude que alimentou ainda mais a desaceleração econômica, com queda na produtividade. O aumento do preço do petróleo e das matérias-primas foram repassados para os preços dos produtos e gerou um processo inflacionário.

Diante deste quadro de instabilidade, perda de dinamismo econômico e inflação, havia grande risco para novos investimentos produtivos, o que levou as empresas a ajustarem seus níveis de emprego e as relações de trabalho.

Como forma de superar a crise, as grandes empresas deram início a intensas inovações tecnológicas e modificações nos elos das cadeias produtivas com intuito de aumentar a produtividade da força de trabalho, melhorar a qualidade dos produtos, reduzir os custos, flexibilizar a produção e, assim, conseguirem uma inserção efetiva no mercado mundial<sup>39</sup>.

O esgotamento do padrão de industrialização norte-americano e da internacionalização do capital, a desaceleração econômica e a intensificação da concorrência abriu brechas para que a acumulação do capital se desse a partir um novo padrão tecnológico e produtivo, o que alterou a combinação entre padrão de produção e padrão de desenvolvimento anterior, cuja articulação entre produção, salário e consumo eram positivas<sup>40</sup>.

A luta intercapitalista pelos mercados, através da concorrência via preços e qualidade de produtos deu início a uma busca incessante por mão-de-obra barata, mercados de trabalho menos rígidos, maior proximidade com os recursos naturais, leis ambientais

---

<sup>38</sup> DEDECCA, 1998, p. 163.

<sup>39</sup> SAMPAIO JR, 1998, p. 26.

<sup>40</sup> Ver MATTOSO, 1995.

menos rígidas e mercados consumidores abundantes. As modificações nos elos das cadeias produtivas ocorreram por meio de terceirizações, subcontratações e parcerias para diminuir os custos e riscos perante a demanda.

Este movimento do capital produtivo, com intensas inovações tecnológicas, resultou em menor necessidade de trabalho vivo para cada unidade de capital, ou seja, um uso mais intensivo do capital em detrimento do fator humano. De outro lado, os empregos que surgiram nas pequenas ou médias empresas terceirizadas, geralmente na periferia do capitalismo, eram, na maioria dos casos, precários e muitas vezes, informais<sup>41</sup>.

Nesse sentido, o intenso investimento tecnológico, num contexto de fraco crescimento econômico e forte concorrência, possibilitou ao capital uma maior capacidade de submeter a força de trabalho às suas condições e chantagens. Estas inovações tecnológicas foram realizadas através da automação, crescente utilização da informática, microeletrônica e avanço nas telecomunicações. As empresas passaram a investir cada vez mais P&D e criaram alianças umas com as outras nesse sentido para estarem à frente no mercado<sup>42</sup>. As novas estratégias romperam com a forma verticalizada e centralizada das cadeias produtivas que combinavam com a economia de escala e partiram para uma fragmentação, criando novas relações entre as etapas da produção, muito mais enxuta e ágil<sup>43</sup>.

A própria empresa tornou-se global e exigiu um trabalhador que se ajustasse a sua nova forma de produção e organização. Segundo Chesnais, a partir destas mudanças, temos “um sistema mundial que começa a se tornar integrado quanto às mercadorias (...) mas não está integrado quanto ao trabalho”(CHESNAIS, pg.40). A maior autonomia das

---

<sup>41</sup> DUPAS (1999) mostra como a atuação do grande capital produtivo tem impactos diferentes no centro e periferia do capitalismo.

<sup>42</sup> Nas palavras de CHESNAIS (1996, p.143): “Tudo se junta para exercer pressão sobre as companhias para que elas cooperem, seja com quem é mais fraco do que elas, seja em pé de igualdade. Num contexto de rápida mudança tecnológica, os acordos de cooperação e as alianças estratégicas são um meio que permite às empresas, minimizando riscos e mantendo a possibilidade de se descomprometerem, obter os recursos complementares e insumos tecnológicos essenciais. São também um dos principais instrumentos das políticas de competitividade”.

<sup>43</sup> Ver DUPAS, 1999.

grandes empresas, com grande facilidade de deslocamento entre países, enfraquece Estados e sindicatos, as “grandes corporações decidem o que, como, quando, quanto e onde produzir” (DUPAS, pag.39).

“(…) mais do que nunca, o objetivo é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico (...), bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir”. (CHESNAIS, p. 81).

A partir do início da década de 80 os investimentos tecnológicos perdem sua intensidade devido a elevação das taxas de juros em 1979. A instabilidade econômica e o encarecimento dos investimentos de longo prazo significam um risco muito alto para as grandes empresas. Dessa forma, as inovações organizacionais, através das experiências japonesas, mostram resultados satisfatórios como forma de intensificar e flexibilizar o uso do trabalho.<sup>44</sup>

A partir da década de 80, os investimentos tecnológicos são acompanhados de intensas mudanças organizacionais inspiradas no modelo japonês que, além de serem menos custosas, tais investimentos podem ser revertidos caso não tenham sucesso, além de tornarem os trabalhadores mais responsáveis, polivalentes, produtivos e mais flexíveis. Assim, os investimentos tecnológicos, somados à introdução de mudanças organizacionais, oferecem condições para que as empresas sobrevivam e ganhem espaço no mercado global. Com estas mudanças organizacionais, as empresas estimulam cada vez mais uma racionalização produtiva, através de redução dos custos, dos riscos e da ociosidade de fatores produtivos.

“A nova estratégia que relativiza a importância de novos equipamentos informatizados, trabalhando uma visão mais

---

<sup>44</sup> Ver DEDECCA, 1999.

abrangente de modernização, pela qual a utilização desses equipamentos passa a ser articulada pela introdução de novos métodos organizacionais, em especial de novas relações de trabalho” (DEDECCA, 1997).

As estratégias das empresas tem como exemplo a estrutura produtiva japonesa, menos convencional, mas que se aplica à nova exigência das empresas de uma maior flexibilidade do trabalho num contexto de grande competição. Nestas empresas, o maior nível de produtividade se dá mais pelos métodos organizacionais que pelo incremento tecnológico. Nas palavras de M. Aoki,

“El sistema Kanban enfatiza la utilización eficiente de la fuerza de trabajo, más que la utilización plena de las máquina, cuyo resultado podría ser la acumulación innecesaria de inventarios de productos en proceso” (AOKI, 1990, pg. 45).

Um outro exemplo do modelo japonês é o processo de desverticalização das grandes empresas, que passa a ser copiado num momento de concorrência intercapitalista mais acirrada como uma estratégia utilizada para dar maior eficiência à estrutura produtiva.

“Dada esta estructura, la coordinación horizontal podría ser más eficiente que la jerárquica en un ambiente de mercado altamente competitivo en la cual la demanda fluctúa continua pero no drásticamente. También podría ser eficiente en el proceso de producción muy complejo que envuelve a una variedad de productos y varios pasos organizados en una estructura de cuasi-árbol. Por otra parte, la coordinación jerárquica podría ser más eficiente en el ambiente de mercado en que la demanda es muy estable o cambia en forma drástica, así como en el proceso de producción que implica pasos más pequeños o en el procesamiento continuo” (AOKI, 1990, p.51).



Num clima de instabilidade e incertezas, as empresas optam por um processo de produção enxuta, cujos altos riscos de investimentos tecnológicos são substituídos pelos investimentos em inovações organizacionais e, ao contrário do primeiro, podem ser reversíveis.

Mas não podemos nos limitar apenas à dimensão das empresas que se utilizam de investimentos tecnológicos e organizacionais como forma de competir no mercado mundial como responsáveis pelo desemprego, isso deve ser embutido numa explicação mais abrangente. Por isso, o capital financeiro é fundamental para entendermos a abrangência do desemprego, bem como as próprias alterações na forma de competição do capital produtivo, já que a especulação financeira é também um meio de gerar rendimentos para as empresas. A financeirização do capital, ou seja, a forma de acumulação que prescindem da produção (e de empregos), faz com que esteja submisso a ela empresas, os Estados e a força de trabalho do mundo inteiro.

“O alto nível das taxas de juro reais tem efeitos consideráveis (...) é privilegiada a rentabilidade de curto prazo em detrimento dos projetos de investimentos de prazo mais longo. Por outro lado, o nível elevado das taxas de juro reais conduz à supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo.”(PLIHON, 1996, p. 109).

Embora o capital financeiro já encontrasse espaço aberto desde a década de 60 com o euromercado de dólares e inovações financeiras, a flutuação do câmbio a partir de 1973 e a elevação da taxa de juros em 1979 proporcionaram maior rentabilidade e liberdade ao capital especulativo. Para o capital produtivo, a elevação das taxas de juros significou encarecimento dos investimentos de longo prazo, somado aos riscos de instabilidade econômica.

A reestruturação produtiva, a maior flexibilização do trabalho e o predomínio do capital financeiro fizeram com que o longo período de crescimento da

década de 80 (1983-89) não fosse suficiente para recuperar os empregos perdidos na década de 70. Os empregos públicos também deixaram de aumentar devido o abandono do compromisso keynesiano por uma política econômica ortodoxa. Este crescimento que se deu sem o mesmo significado para os níveis de emprego fez com que a década de 80 fosse conhecida pela sua *modernização conservadora*.

Temos então, a partir das últimas décadas do século XX, uma globalização do capital produtivo e financeiro. O primeiro, como já vimos, foi impulsionado por um contexto de instabilidade, fraco desempenho econômico e mercado já internacionalizado, forçando as grandes empresas a buscarem um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional para que pudessem alcançar maior produtividade e competitividade no mercado mundial, prescindindo cada vez mais do trabalho vivo.

Desde meados da década de 70 a estratégia das empresas foram mais na direção de aquisições, fusões e mudanças de localizações do que no aumento da capacidade produtiva. Este tipo de estratégia que caracterizou também a década de 80 teve forte imbricação com o capital financeiro. A íntima relação entre capital produtivo e capital financeiro acontece de inúmeras maneiras e também de forma mundializada, possibilitando às grandes empresas alternativas para um bom desempenho no mercado mundial.

O desenvolvimento tecnológico atingiu igualmente “o mercado financeiro mundial, cada mercado passando a funcionar em linha direta com todos os outros, em tempo real. Isso permitiu a mobilidade do capital requerida pelo movimento de globalização da produção” (DUPAS, p. 39).

A “promiscuidade” entre capital produtivo e financeiro serve como meio de alcançar maior rentabilidade das empresas, que beneficiam-se individualmente mas prejudicam a economia como um todo. Os investimentos empresariais podem ser tanto produtivos quanto especulativos, gerando rendimentos por meio dos lucros ou juros.

Muitas grandes empresas transformaram-se em corporações controladas por acionistas, a bolsa de valores tornou-se um mecanismo fundamental para a expansão empresarial. Como os investimentos produtivos dão retornos mais tardios e são mais

arriscados, a reestruturação produtiva toma fôlego e faz do trabalho a variável de ajuste como forma de adequar a empresa à concorrência internacional.

As empresas, com maior liberdade para competir no mercado internacionalizado, usam estratégias de aproveitamento das oportunidades de valorização do capital nos mercados financeiros, resultando numa mescla entre capital produtivo e financeiro, ou melhor, uma financeirização do capital produtivo.

A estratégia das grandes empresas e seu “sucesso” no mercado mundial se dá de duas formas. Primeiramente, o capital produtivo permite a maximização da produtividade do trabalho (através da reestruturação produtiva), enquanto os investimentos puramente financeiros representam uma alternativa para deixar as empresas em condições sadias de competição. De uma forma ou outra, o objetivo é o mesmo: gerar rendimentos.

As atividades financeiras das grandes empresas podem estar relacionadas com a necessidade do capital produtivo ou simplesmente assumir papel exclusivamente especulativo. No caso do primeiro, o grande êxito é dos grupos que conseguiram criar bancos de empresa, o que resulta em inúmeras vantagens. O crédito é indispensável para a realização de investimentos, gerenciamento do caixa e funcionamento da empresa no dia-a-dia, principalmente no caso das aquisições e fusões, assim, a ajuda de um banco de investimentos é indispensável (CHESNAIS, p. 286).

No segundo caso, diferentemente do período pós-guerra, cujo capital financeiro estava relacionado e subordinado às necessidades do capital produtivo, agora ele é mais uma alternativa de rendimento sem, necessariamente, ter ligação com o aumento da capacidade produtiva e sim com interesses puramente especulativos, beneficiando os grupos, mas com repercussão negativa para os índices de crescimento econômico e emprego.

A partir da década de 90, a atuação das grandes empresas passa a ser puramente financeira, principalmente através de atividades das empresas no mercado de câmbio. Em meados da década de 90,

“(…) o volume de transações alcançava cerca de 1,3 trilhão de dólares por dia. Esse volume decorre do fato de que os bancos e casas de títulos, bem como companhias financeiras especializadas, e também os grupos industriais, alteram a composição de sua carteira de divisas, efetuando compras e vendas de moedas, várias vezes por dia” (CHENAIS, 1996, p. 287)

### **2.1.1. Tecnologia *versus* Emprego**

Uma discussão mais profunda a respeito do papel da tecnologia é imprescindível quando se trata da questão do desemprego. Há pouco foi exposto que a partir da década de 70 intensos investimentos tecnológicos foram realizados, com desempenho do grande capital na corrida para uma inserção num mercado mundial de acirrada concorrência, com prejuízo para os níveis de emprego.

Desse modo, a abordagem do incremento tecnológico recebe nas últimas décadas maior ênfase quando se coloca em discussão as causas do desemprego. A verdade é que temos assistido uma maior produtividade do trabalho devido os investimentos tecnológicos (e também organizacionais). O papel da tecnologia faz surgir inúmeras interpretações, como por exemplo, aquela que discute a passagem da sociedade industrial para a sociedade dos serviços, com predomínio da informática<sup>45</sup> tendo em vista as mudanças setoriais.

No entanto, não é objetivo desta dissertação colocar em discussão cada interpretação a respeito da tecnologia, muitas vezes relacionada com o fim da sociedade industrial ou mesmo com o fim dos empregos e do trabalho como categoria central da

---

<sup>45</sup> A este respeito ver SCHAFF, 1995.

sociedade<sup>46</sup>. Neste espaço será discutido apenas o papel histórico que os investimentos tecnológicos assumem e como a sua relação com os níveis de emprego podem ser variados e não deterministas, dependendo de inúmeros fatores.

Primeiramente, não podemos ignorar que o incremento tecnológico assume um peso importantíssimo na questão do desemprego. A introdução de maquinaria (ou tecnologia) no sistema capitalista é, historicamente, um instrumento de acumulação, a partir do momento que substitui o trabalho vivo pelo trabalho morto, de forma que para cada unidade de capital há uma necessidade de uma quantidade menor de mão-de-obra, ou, nas palavras de Marx, resulta em aumento da composição orgânica do capital. Marx nos mostra ainda que o incremento tecnológico é uma tendência natural, uma forma de tornar a força de trabalho cada vez mais prescindível e subordinada aos ditames do capital, o que significa um aumento do desemprego<sup>47</sup>, que por sua vez, pode atingir níveis maiores ou menores dependendo do momento que a economia atravessa e também do tipo de relação construída entre capital e trabalho.

Assim, somado ao desemprego friccional<sup>48</sup>, surgido em momentos de ajustamentos da economia, temos um desemprego forçado pela própria lei geral da acumulação capitalista, que é resultado da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora, tornando-a cada vez mais redundante.<sup>49</sup>

Dessa forma, conforme aumenta a quantidade de capital, este atrai cada vez menos trabalhadores em proporção ao seu tamanho. Assim, mesmo num momento de prosperidade econômica, quando cresce o número total de emprego, devido a demanda por

---

<sup>46</sup> Para Castel, aliar o desemprego das últimas décadas ao fim do trabalho significa uma confusão na literatura atual. O que presenciamos é uma sociedade do trabalho doente e o remédio não é fazer um luto prematuro. (CASTEL, *Centralité du travail et cohésion social*, 1998b, p.60).

<sup>47</sup> MARX, *O Capital*, cap. XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista.

<sup>48</sup> O desemprego friccional ou normal ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a procura, quando os empregadores com vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, enquanto trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho.

<sup>49</sup> MARX, *O Capital*.

mão-de-obra exercida pelo conjunto da economia, ela é cada vez menor quando comparada ao montante de capital, resultado de uma introdução tecnológica constante.

Devemos destacar a importância da tecnologia no sistema capitalista como um instrumento de concorrência entre as empresas, através da luta de preços ou diferenciação de produtos e, por outro lado, como forma de deixar os trabalhadores submissos ao capital, seja como destaca Marx, através de baixos salários dos empregados quando a taxa de desemprego é alta, seja como forma de substituir o custo da rigidez introduzida pela força sindical e legislação trabalhista, como ressalta Faynzylber<sup>50</sup>, sem contar a questão da qualidade e das facilidades que os produtos e serviços proporcionam aos usuários.

Além desta luta entre capital e trabalho e da própria luta entre capital e capital, a tecnologia interfere ainda na composição dos setores da economia:

“extraíu mão-de-obra do setor primário, com maquinaria para sua modernização ou industrialização da agricultura, por outro lado, gerou um surgimento de atividades produtoras de serviços requeridos para a produção, comercialização e financiamento dos bens industriais, que por sua vez, retroalimentam a expansão industrial”<sup>51</sup>

Desse modo, o que muitos autores chamam de processo de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, é analisada por Faynzilber não como uma transição, mas sim como uma expansão da própria indústria no pós-guerra que arrastou juntamente outros setores ligados a ela, como serviços de reparação, distribuição, financiamento e publicidade, e que, com o passar do tempo, tornam-se independentes e não mais anexados à indústria.

---

<sup>50</sup> FAYNZYLBER, 1983.

<sup>51</sup> *idem*, p. 19.

Assim, se por um lado vemos uma diminuição do emprego na indústria quando comparado ao emprego no setor terciário, está claro o papel que a tecnologia exerce nas mudanças setoriais, na medida em que expulsa mão-de-obra de um lado e, concomitantemente, faz surgir novos setores, novas demandas, novas necessidades, novas ofertas de produtos e serviços e também novas ofertas de empregos.

Nesse ponto, podemos mencionar a teoria schumpeteriana sobre o desenvolvimento, a qual identifica as mudanças tecnológicas com um desemprego momentâneo e inerente a períodos de desenvolvimento do sistema. Para a teoria schumpeteriana, o capitalismo nunca fica estacionário, está em constante movimento de evolução propiciado pelo avanço tecnológico que possibilita o desenvolvimento através de novos bens de consumo, novos métodos de produção, novas formas de organização industrial, novos setores, produtos, etc., processo este que pode ser chamado de “destruição criadora” e de vital importância para o reprodução do sistema capitalista<sup>52</sup>.

Esta destruição criadora não significa uma teoria do equilíbrio, pelo contrário, é fonte de instabilidades e se manifesta sob a forma de ciclos. Assim, quando o sistema passa por um período de inovações, ele provoca uma nova oferta na economia e que necessita de uma nova demanda de acordo com ela. Por isso, esta nova oferta causa impactos no mercado de trabalho, cuja demanda não pode se adaptar imediatamente, temos então, neste momento, o desemprego. Mas a perspectiva da análise schumpeteriana não está no mercado de trabalho em si e sim nas inovações tecnológicas que estimulam o progresso, formando ciclos que causam impactos no mercado de trabalho, que por sua vez, devem ser absorvidos.

Esta teoria não vê o desemprego causado apenas pelo tempo de adaptação da força de trabalho às novas qualificações exigidas, não se trata apenas de uma mudança qualitativa do trabalho, mas também quantitativa: a tecnologia provoca uma necessidade cada vez menor de trabalho por unidade de capital, porém, esta mão-de-obra excedente em cada unidade de trabalho pode e deve ser compensada pela economia em seu conjunto.

---

<sup>52</sup> Ver DATHEIN, 2000.

“A economia pode estar em período de pausa até que novos produtos ou novos usos para velhos produtos sejam encontrados. Este problema deve ser resolvido com inovações que levem a reconversão da demanda efetiva, atendendo ou criando necessidades para os consumidores, ou também, permitindo o acesso a bens de consumo já existentes para classes sociais inferiores”(DATHEIN, p.162).

No entanto, o simples determinismo econômico e tecnológico é ainda limitado se desconsiderar o “sistema econômico imerso em relações econômicas, tecnológicas, sociais e institucionais que favoreceriam ou não o seu funcionamento”<sup>53</sup>.

O pós-guerra, período marcado por prosperidade econômica e quase pelo emprego, foi também um período em que a introdução tecnológica na produção foi intensa, cujas taxas de produtividade alcançaram níveis inéditos, época em que o incremento tecnológico e crescimento do emprego aconteceram concomitantemente.

Como já vimos em capítulo anterior, o quase pleno emprego foi atribuído não apenas pelo crescimento econômico, que por si só tem impactos positivos para o nível de emprego, mas, principalmente, pelo compromisso dos governos com a elevação das taxas de emprego, seja indiretamente - por meio de obras públicas em infra-estrutura, fornecimento de crédito que alavancavam os investimentos privados, transferência de renda para famílias carentes, inativos e desempregados, criando uma massa de consumo que não estava inserida no mercado, etc. -, seja diretamente como empregador, através da extraordinária elevação do emprego público em relação ao total, principalmente em áreas de trabalho-intensivo como saúde e educação.

Não menos importante, as relações entre capital e trabalho estabeleceram elevações salariais na mesma proporção da elevação da produtividade, juntamente com as transferências de renda do Estado para desempregados e inativos que aumentaram a massa

---

<sup>53</sup> MATTOSO, 2000.



de consumo, impulsionando novos investimentos e, portanto, mais empregos. Além destes fatores e do contexto de crescimento, também houve uma diminuição do tempo de trabalho<sup>54</sup>. O intenso investimento tecnológico que ocorreu no pós-guerra não teria resultado em altas e inéditas taxas de emprego sem todo o contexto econômico, social e político em que capital e trabalho estavam rodeados. Na Inglaterra e Suécia, por exemplo, o emprego público foi o único responsável pelo aumento do emprego, sendo que o emprego privado havia até mesmo diminuído<sup>55</sup>.

Num contexto como este, mesmo com um incremento tecnológico intenso, não encontramos teses de desemprego tecnológico, por isso, não podemos atribuir ao progresso técnico o único fator determinante da situação generalizada de desemprego. Por outro lado, também não podemos ignorar que o incremento tecnológico provoque a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, se ele não é suficiente para explicar o desemprego estrutural que ressurgiu nas últimas décadas, isso não significa que ela seja simplesmente indiferente. O incremento tecnológico é um meio utilizado pelo capital (individual ou geral) para diminuir a quantidade de mão-de-obra necessária em cada unidade de capital.

A relação entre tecnologia e emprego tem um duplo papel que depende do ritmo de crescimento da economia, das relações entre capital e trabalho, assim como da intervenção do Estado no emprego. Desse modo, se a introdução tecnológica estiver acompanhada de uma capacidade produtiva estagnada ou em constante diminuição, teremos um aumento das taxas de desemprego, sendo que cada unidade produtiva, através do aumento da composição orgânica do capital, expulsa mão-de-obra que não é absorvida em outros setores. Numa situação inversa, de prosperidade econômica, a maior produtividade implica em surgimento e expansão de novos setores que atrairão mais força de trabalho para dar conta da demanda.

---

<sup>54</sup> No entanto, alguns países vêm aumentando o número de horas trabalhadas, como por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra, como veremos mais adiante.

<sup>55</sup> Na Inglaterra, entre os anos 1966-1976 houve redução no setor privado de 2,1 milhões de empregos. Na Suécia, entre os anos 1950 e 1980 o emprego privado reduziu em 4%. (CARVALHO FILHO, 2001, p. 24).

No entanto, diferentemente de muitos autores<sup>56</sup> que afirmam um futuro desaparecimento ou dispensa total da força de trabalho no processo de produção, esta produtividade ou menor utilização de trabalho vivo para cada unidade de capital, realizada pelo incremento tecnológico, não significa, necessariamente, crescentes taxas de desemprego.

Em períodos de crescimento econômico, paralelamente ao compromisso dos governos com o emprego e uma relação específica entre capital e trabalho, mesmo com menor necessidade de homem por unidade de capital, o emprego aumenta em nível nacional devido o aumento da produção e maior demanda por produtos ou serviços. Em setores ou ramos em que a taxa de emprego não cresce, dentro de um ambiente acima descrito, ela é absorvida pela economia como um todo.

Se por um lado o progresso técnico intensifica o dotação de capital por homem, por outro lado, a maior produtividade (com repasse para os salários) implica estímulo para maior consumo e surgimento de demanda para novos serviços públicos e privados (infraestrutura e setores que surgem da expansão econômica), garantindo a necessidade de maior produção. Nesta perspectiva keynesiana, “o círculo virtuoso acumulativo” vincula e retroalimenta o crescimento com produtividade<sup>57</sup>, o que significa maiores taxas de emprego e não o contrário.

A tecnologia empregada não oferece um caminho único, não devemos deixar de reconhecer que ela pode trazer maior produtividade, mais tempo livre, melhores condições de produção, aumentos salariais, etc. Mas ela pode trazer também “maior intensidade do trabalho, novas formas de insalubridade e fadiga, novas condições de higiene e de segurança, etc<sup>58</sup>”. O papel que a tecnologia assume na sociedade não é neutro, inevitável e único. Tanto a sua introdução (quantidade, qualidade, etc) e seu resultado

---

<sup>56</sup> Ver GORZ (1987) e SCHAFF (1995).

<sup>57</sup> FAYNZYLBER, 1983, p. 38.

<sup>58</sup> FREYSSINET, 1998.

(desemprego, mais emprego, piores ou melhores condições de trabalho) dependem de uma escolha que é realizada pela sociedade, ou seja, pelos atores sociais.

Daí a importância de uma constante discussão a respeito da tecnologia, bem como uma participação na avaliação da sua introdução no processo produtivo não apenas por parte das empresas, mas também por parte dos trabalhadores, que são afetados imediatamente<sup>59</sup>. As consequências não são homogêneas, dependem de como a sociedade reage. Se a introdução tecnológica traz inúmeras vantagens, ela traz também, dependendo do contexto econômico e da posição que assume os trabalhadores, determinadas exigências aos trabalhadores que são tidas como inevitáveis<sup>60</sup>.

Jacques Freyssinet, quando analisa as experiências sindicais na Europa, nos mostra que os sindicatos não são essencialmente contra os ganhos de produtividade dados pelas novas técnicas, mas sim contra a forma como ela é utilizada, que beneficia apenas o empregador, sendo que pode também beneficiar o empregado. A consequência (positiva ou negativa) do progresso técnico é influenciada pelas negociações sobre a repartição dos ganhos de produtividade, ela pode resultar em aumento dos salários diretos e redução do tempo de trabalho ou em maior intensificação do trabalho, novas fontes de insalubridade e fadiga, piores condições de segurança, etc (FREYSSINET, 1998, Dieese). Esta variedade das possibilidades nos leva a entender que não é o progresso técnico em si que pode determinar a quantidade de emprego e as condições de trabalho.

Desse modo, desde a década de 70, encontramos discussões sobre o desemprego tecnológico, assim como reações por parte dos trabalhadores. A partir desta década, a organização sindical começa a intervir de várias formas: 1) através de intervenções nas políticas de formação para adaptar os trabalhadores às novas tecnologias; 2) por meio de escolhas técnicas relativas às decisões de investimento das empresas e; 3)

---

<sup>59</sup> Como destaca Freyssinet, a mudança técnica não cai do céu, ela incide sobre produtos, sobre o nível, estrutura, divisão técnica do trabalho, qualificações da mão-de-obra e sobre as condições de trabalho.

<sup>60</sup> *idem*.

através da participação sindical nas instâncias nacionais que definem as orientações da política científica e tecnológica<sup>61</sup> (FREYSSINET, 1998, p. 205).

No entanto, o autor nos indica alguns fatores essenciais para bloquear a capacidade de intervenção dos trabalhadores. Em primeiro lugar, existe uma distância muito grande entre os especialistas de tecnologia e os militantes para levar adiante a intervenção nas escolhas das técnicas. Em segundo lugar, as intervenções acontecem somente num momento que já ocorreram as desqualificações e precarização das condições de trabalho, ou seja, os sindicatos têm se manifestado depois das consequências negativas e não antes da introdução das novas tecnologias. Por fim, dentro das condições de competitividade das empresas, num contexto de fraco crescimento econômico e alto desemprego, as organizações sindicais têm se colocado na defensiva.

Todavia, estes exemplos nos indicam que a participação dos atores frente a introdução tecnológica no processo produtivo é possível em ambos os lados, do capital e do trabalho, embora para este último a situação seja mais difícil.

A questão do emprego e tecnologia deve ser analisada num contexto maior, no qual tem peso importante o crescimento econômico, o compromisso dos governos para geração de emprego e a relação entre capital e trabalho, que hoje deve ser analisada no âmbito mundial. Esta análise do desemprego deve levar em consideração estes temas para que se possa chegar a uma conclusão mais realista, sem isentar o papel que a tecnologia assume na composição do emprego mas, ao mesmo tempo, não dando a ela a única explicação.

Hoje, o papel que a tecnologia assume na sociedade capitalista deve ser analisado dentro das relações entre capital e trabalho.

---

<sup>61</sup> Dentre estes tipos de intervenção, as mais importantes podemos encontrar nos países escandinavos “ Na Noruega, já em 1975, em acordo nacional foi concluído entre sindicatos e patronato sobre a introdução dos sistemas de informática, em 1981 esse acordo se estendeu ao conjunto das novas tecnologias (...) Na Suécia, uma série de leis criou um dispositivo para a negociação coletiva – nacional e depois local. Algumas convenções coletivas atribuem às organizações sindicais o direito de contratar consultores externos (...) Na Itália, a intervenção sindical centrou-se no problema da organização do trabalho, sob este ângulo introduziu a questão da escolha das tecnologias, reivindicando um direito de controle para os trabalhadores, reconhecido pela negociação coletiva. Na França, ao contrário, a lei desempenhou um papel decisivo em 1982, ao reconhecer aos comitês de empresa o direito de informação e consulta, em caso de introdução de novas tecnologias e a possibilidade de recorrer a especialistas externos”(FREYSSINET,1998 p. 206).

“(…) Beneficiando-se, simultaneamente, do novo quadro neoliberal e da alta tecnologia, os grupos puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização e, também, modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial” (CHESNAIS, 1996, p. 34).

A mobilidade das grandes empresas, as terceirizações e subcontratações são apenas alguns dos mecanismos que o capital utiliza para prescindir cada vez mais de força de trabalho e precarizá-la, sem contar o fraco crescimento das economias, estagnação e até mesmo elevação do tempo de trabalho em alguns países e, principalmente, a predominância da reprodução do capital que prescinde da esfera produtiva, ou seja, o capital financeiro.

## **2.2. Crise X Financeirização do Capital**

Na atual fase do capitalismo podemos presenciar uma autonomia do capital financeiro sobre a esfera produtiva, o que significa uma reprodução do capital na sua forma mais abstrata, prescindindo da demanda de força de trabalho. Desse modo, somada à reestruturação produtiva, a reprodução “hermafrodita” do capital leva as taxas de desemprego para níveis cada vez mais elevados.

A natureza da acumulação capitalista, quando livre dos limites impostos pela sociedade, permite a conformação de uma violência generalizada e uma inversão total dos valores sociais. Em outras palavras, quando as necessidades de reprodução do capital estão acima das necessidades de reprodução dos homens, esta inversão faz com que o capital, enquanto coisa, passe a transformar a força de trabalho em mera ferramenta do seu desenvolvimento, ou seja, o elemento humano passa a existir como coisa que pode ser utilizada desmesuradamente, ou ainda, quando não mais necessária,

ser simplesmente descartada e marginalizada. Robert Castel destaca a indiferença do capital em relação às necessidades humanas até mesmo através das novas denominações dadas aos desempregados, como por exemplo, supranuméricos ou inúteis para o mundo<sup>62</sup>.

No entanto, a forma de reprodução do capital na esfera abstrata não tem origem recente, ela foi progressivamente se desenvolvendo ao longo da história do capitalismo. Marx, já no século XIX, fez uma análise cuidadosa do capital “artificial” ou simplesmente fictício<sup>63</sup>, conceitos utilizados para designar a reprodução do capital que se realiza na esfera abstrata e de forma irracional, embora a origem da valorização do capital na forma D – D’ esteja na produção, ou seja, é fruto do trabalho.

Como capital que se descola da esfera produtiva e circula nos bancos, valorizando-se autonomamente, encontramos desde o século XIX uma quantidade de capital que não tem conexão com a realidade, impossível de ser totalmente retirado dos registros que circulam no sistema bancário, incapaz de transformar-se em capital real, ou melhor, em dinheiro vivo.

“W. Leatham (banqueiro de Yorkshire), Londres, 1840: “Estimando a circulação toda e o montante das obrigações de todos os bancos pelos quais pagamento imediato pode ser demandado, encontro uma soma de 153 milhões, cuja transformação em ouro pode ser exigida por lei, e em contraposição 14 milhões em ouro para satisfazer a exigência. As letras de câmbio não podem ser postas sob controle, a não ser que se impeça a abundância de dinheiro e a baixa taxa de juros ou o desconto que produz parte delas e encoraja essa **grande e perigosa expansão**. É **impossível decidir quantas delas provêm de negócios reais**, por exemplo de compras e vendas reais e que parte é feita **artificialmente** e consiste apenas em papagaios, isto é, letras que

---

<sup>62</sup> CASTEL, 1998.

<sup>63</sup> MARX, O Capital, caps. XIX, XXIV e XXV.

são emitidas para recolher letras circulantes antes do vencimento e criar assim, pela produção de meros meios de circulação, **capital fingido**” (O Capital, cap. XXV).

Já naquela época falava-se do reconhecimento da “perigosa expansão” deste capital. Os bancos emprestavam dinheiro por meio crédito e tinham seus ganhos futuros garantidos através do pagamento destes empréstimos, acrescidos dos juros. Por outro lado, realizavam inúmeras especulações através da emissão de letras de câmbio no mercado. Essas letras ou notas bancárias são apenas “signos circulantes de crédito” que movimentam-se de um banco para outro, liquidando inúmeras transações.

Da mesma forma que industriais, comerciantes e consumidores se comprometiam em pagar seus empréstimos (créditos), o mesmo faziam os bancos com as letras de câmbio, determinadas por datas de vencimento para seus descontos. Assim constituía-se uma classe social específica, que tinha sua fonte de rendimento através do comércio de dinheiro.

“As mesmas 100 libras esterlinas em dinheiro podem mediante uma série de transferências, multiplicar-se para formar uma soma absolutamente indeterminável de depósitos. Assim, é possível que 9/10 de todos os depósitos na Inglaterra não tenha existência alguma além de registros nos livros de banqueiros (...) Assim, na Escócia, onde o dinheiro circulante nunca ultrapassa 3 milhões de libras esterlinas, os depósitos atingem 27 milhões. Enquanto não ocorre uma exigência geral e repentina de restituição dos depósitos, as mesmas 1000 libras esterlinas, viajando para trás, podem cancelar, com a mesma facilidade, uma soma igualmente indeterminável” (O Capital, cap. XXV).

Esta criação de dinheiro fictício, manipulado pelo sistema bancário, permite a realização de inúmeras transações, desde que não seja submetido a uma exigência generalizada de conversão. Em outras palavras, não podem ser retirados do circuito bancário de uma única vez, já que a quantia total registrada é maior que o dinheiro real, cuja diferença é representada pelo dinheiro virtual. Uma exigência de conversão de todos esses valores em dinheiro real é impossível, dado que estes “signos” somente podem cumprir sua promessa de conversão em dinheiro quando são passados adiante sob a forma de novas promessas. É devido a esta peculiaridade que Marx anunciou o dinheiro que valoriza a si mesmo como a forma mais alienada e mais fetichista da reprodução do capital.

Com o desenvolvimento da reprodução do capital ao longo do tempo, que passa tanto pela valorização “real” como pela “virtual”, ele vai se tornando cada vez mais o eixo de todas as relações sociais, colocando em segundo plano outros aspectos da sociedade.

Se no início do capitalismo, havia uma grande necessidade do sistema por força de trabalho, de modo que homens, mulheres e crianças tinham que trabalhar até um limite físico, através do aumento da intensidade do trabalho e/ou jornada<sup>64</sup>, com o mínimo de alimento e descanso necessário para sua sobrevivência. Em outro período, conforme o avanço tecnológico, há uma necessidade cada vez maior em dispensá-la.

Como os valores de mercado se infiltram em todas as esferas da sociedade, transformando-as em apêndices ou engrenagens do seu mecanismo, fatores como necessidade ou dispensa de força de trabalho são respostas de um mesmo sistema. A natureza perversa do capital influencia a organização da própria sociedade, através da mercantilização de todas as atividades realizadas entre os homens.

“(…) O padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo de barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade:



significa nada menos que dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (...) A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis (...)” (POLANYI, 2000 p. 77).

Esta supremacia do capital - que subordina fatores humanos, transformados em fatores secundários - faz com que tanto no período do liberalismo econômico, como também hoje, no neoliberalismo, predomine um tipo de razão que faz com que, conforme as palavras de Polanyi, “(...) só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana”(POLANYI, P. 33).

O desenvolvimento do capital fictício teve impactos diferentes no desempenho da economia e emprego em fases distintas do sistema capitalista. O sistema de crédito encontrou no pós-guerra, através do rompimento do padrão-ouro, (extremamente limitado) e estabelecimento do padrão dólar-ouro (muito mais flexível e ilimitado) uma capacidade de impulsionar a economia tanto em momentos de expansão como em momentos de dificuldades.

A economia do endividamento proporcionou um fantástico impulso para investimentos públicos e privados, gerando lucros e salários que demandavam mais consumo e, conseqüentemente, mais investimentos e mais empregos. Porém, este capital financeiro libertou-se dos controles criados pela sociedade, desligou-se da subordinação do sistema produtivo e passou a subordinar investimentos, empregos e políticas econômicas às suas próprias necessidades de reprodução e acumulação.

A atual subordinação da capacidade de geração de emprego e da autonomia dos Estados Nacionais em relação ao capital financeiro não pode ser entendido como um caminho natural, inevitável e incontrolável. A predominância do capital financeiro é produto de uma desregulamentação provocada por interessados que só têm a ganhar com isto.

---

<sup>64</sup> Mais-valia absoluta.

Existe uma inédita unificação da burguesia em escala mundial e não há, ao menos entre as grandes empresas, uma separação nítida entre capital produtivo e capital financeiro. Muitos capitalistas tornam-se proprietários de papéis, ou melhor, de ações e outros títulos, por isso, não precisam ser donos diretos de empresas e sim acionistas de uma ou inúmeras empresas de vários países ao mesmo tempo. De outro lado, as fusões, compras ou tomadas de empresas são evidências desta grande burguesia, que pode multiplicar seu capital em escala internacional, inclusive removendo capitalistas mais fracos<sup>65</sup>.

O capital financeiro que impulsionou o crescimento produtivo no pós-guerra, através de gastos financiados por dívidas, tinha a moeda creditícia regulada pelo Estado. No entanto, este mesmo capital financeiro encontrou brechas e se libertou dos limites impostos pela regulação, deixando de ser submisso ao sistema para submeter o emprego, crescimento, produção, assim como os governos às suas próprias vontades. Temos então, a criação de um novo sistema desregulado que tem como resultado a reprodução do capital que se dá predominantemente na esfera financeira, como destaca Chesnais.

O pós-guerra, marcado por um potencial significativo para um crescimento e prosperidade econômica sem precedentes na história do capitalismo, com uma demanda reprimida desde alimentos até bens de produção, encontrava no sistema de crédito um impulso ideal. Portanto, a moeda creditícia (atrelada ao ouro) assumiu papel fundamental para estimular, adiantadamente, a produção e consumo. Esse movimento da moeda crédito teve papel positivo na círculo virtuoso da economia, pois os lucros e salários permitiam o saldo das dívidas e a realização de novos créditos estava sempre atrelada à esfera produtiva.

Em momentos de crise, a moeda-crédito também mostrou papel fundamental. Enquanto os Estados Unidos incitaram a reconstrução da Europa e Japão no pós guerra, afim de promover um aquecimento do comércio internacional para favorecer suas exportações, passaram a perder espaço no mercado mundial quando estes países tornaram-se fortes concorrentes. A recessão que vinha em direção aos EUA, com seus

---

<sup>65</sup> MIGLIOLI, 1998.

baixos índices de crescimento, produtividade e consumo só foi moderada graças a continuidade de expansão do dinheiro elástico, que estava disponível para “socorrer” a economia em qualquer circunstância.

Já no início da década de 60, os Estados Unidos não dispunham de reservas em ouro equivalente à quantidade de dólares que circulava além de suas fronteiras, que satisfizesse a necessidade de liquidez internacional, mas gerou uma crise de confiança na capacidade de conversão de dólares em ouro por parte dos Estados Unidos, o qual havia se comprometido em garantir o padrão dólar-ouro. Desde o pós-guerra, crescia o déficit americano, devido a saída de enorme quantidade de capital público e privado em direção à Europa e Japão, seja sob a forma de migração de filiais de bancos e empresas, seja através da ajuda do Plano Marshall, fatores estes que transformaram a posição dos Estados Unidos de maiores credores em maiores devedores internacionais (CANO, p. 37).

Os bancos em operação fora dos Estados Unidos, desde a década de 60, forneciam depósitos e empréstimos em dólares. Estes eurodólares permitiram uma multiplicação de crédito sob domínio privado e significavam ameaça à convertibilidade<sup>66</sup>. Contudo, “a expansão e consolidação do euromercado de dólares, nos anos 60, permitiram que os americanos fortalecessem a posição do dólar como moeda-referência internacional” (MATTOS, pg. 58).

O crescente déficit americano e as ameaças de pedido de conversão de dólares em ouro foram motivos que fizeram com que os EUA mudassem todo o cenário a seu favor. Primeiro, sob a ameaça de alguns países de solicitação de conversão de seus dólares em ouro, devido a falta de credibilidade, os EUA, em 1971, romperam com este compromisso, transformando o padrão ouro-dólar no padrão dólar, mostrando sua hegemonia que passou a ser coercitiva e não mais consensual (MATTOS, 2001).

---

<sup>66</sup> De acordo com CHESNAIS (1996, p.255), “Entre 1964 e 1968, o tamanho do mercado de eurodólares aumentou em 35 milhões de dólares, ao passo que, no mesmo período, os déficits acumulados dos EUA, que vinham alimentá-lo com recursos novos, aumentaram apenas para 9 milhões de dólares. A diferença está relacionada à existência de um multiplicador de criação de crédito, baseado nas longas e imbricadas cadeias de operações, bem como na pirâmide de créditos e dívidas que ia sendo montada, graças ao caráter interbancário do mercado e à ausência de reserva obrigatória e de mecanismo de controle”.

Desde meados da década de 60, eram visíveis os sinais de deterioração da conversibilidade.

“Os americanos se desvencilharam das restrições que, até o início dos anos 70, eram colocadas pela necessidade de honrar a paridade do dólar-ouro. Ao reduzirem o papel ostentado pelo ouro no sistema monetário internacional, os americanos optaram claramente pela colocação de seus interesses acima dos interesses internacionais por uma ordem financeira estável”. (MATTOS, 2001 p. 78).

Logo em seguida, a flutuação cambial de 1973 favoreceu o predomínio dos fluxos financeiros em detrimento do comércio de bens e serviços.

“Estima-se que, em 1971, um pouco antes da quebra do sistema de taxas fixas de câmbio de Bretton Woods, cerca de 90% de todas as transações cambiais correspondiam ao financiamento de comércio e de investimento de longo prazo, enquanto somente 10% eram especulativos. Hoje em dia, estes percentuais foram invertidos, com mais de 90% das transações sendo especulativas (...) a especulação é uma consequência inevitável do abandono das taxas fixas de câmbio” (EATWELL, 1996).

A flutuação cambial é fator decisivo, na medida em que estimula e facilita a venda e compra de moedas, favorecendo a valorização do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, o qual já encontrava obstáculos desde os anos 60.

A globalização financeira tornou-se mais explícita com a flutuação cambial, embora já havia se manifestado através da expansão mundial de bancos e empresas que criavam fluxos descontrolados de dólares (CANO, p. 38). Em 1979, os Estados Unidos decidiram, unilateralmente, aumentar as taxas de juros como estratégia para inverter a

liquidez internacional a seu favor e os seus déficits externos, com impactos perversos para o crescimento das economias.

Embora a crise e a abertura para a financeirização do capital tivessem início na década de 60, os acontecimentos da década seguinte, marcados pela suspensão do compromisso de conversibilidade do dólar em ouro (1971), pelo abandono do câmbio fixo (1973) e aumento das taxas de juros (1979), permitiram a hegemonia do dólar e que especulações financeiras tomassem conta do cenário. A desvinculação do dólar ao ouro, a desregulação do câmbio, juntamente com o aumento da taxa de juros “desatrelam forças de mercado poderosas e desestabilizadoras”(GUTTMANN, 1996). A partir daí temos a dominância do capital financeiro como um novo mecanismo regulador.

O aumento das taxas de juros em 1979 diminuiu a oferta monetária e conteve a inflação, porém, as respostas de crescimento das economias foram decepcionantes. Com o aumento da taxa de juros, os investimentos de longo prazo das empresas tornaram-se extremamente caros e arriscados devido a instabilidade econômica que marcou a década de 70. Temos então, uma tendência parasitária do capital, cujos investimentos de curto prazo são mais atrativos que os de longo prazo (que são os investimentos produtivos). Da mesma forma, os Estados Nacionais tiveram que arcar com os juros da Dívida Pública em detrimento dos gastos sociais.

“A posição hegemônica de que desfruta o dólar na hierarquia das moedas tem permitido que os Estados Unidos sigam uma trajetória de crescimento com endividamento, beneficiando-se da atratividade exercida por seu mercado financeiro. Dessa maneira, os americanos têm conseguido expandir seu gasto público quase continuamente desde os anos 80 (o que ajuda a impulsionar seu crescimento econômico, contrariamente ao que ocorre na Europa” (MATTOS,2001, p.69).

O golpe final dos Estados Unidos em 1979, com a elevação das taxas de juros, estimulou ainda mais a especulação financeira e teve repercussão negativa para o

crescimento econômico internacional, embora para os Estados Unidos o resultado tenha sido o inverso. Os Estados Unidos fortaleceram sua moeda e atraíram a riqueza financeira para sua economia.<sup>67</sup>

O crescimento econômico americano a partir destes acontecimentos teve origem nos fluxos de capital internacional a seu favor e não através do dinamismo do capital produtivo, embora ele tenha sido estimulado.

Neste contexto fica cada vez mais difícil Estados Nacionais adotarem políticas voltadas ao pleno emprego, a partir daí, estabeleceu-se a diferença das taxas de crescimento entre Europa e EUA. Enquanto a Europa teve que arcar com o peso dos juros da dívida pública sobre o PIB, rompeu-se o círculo virtuoso entre investimentos públicos e privados.

“(...) a ampliação estrutural da relação Dívida Pública/PIB também tem colocado enormes entraves para a atuação das autoridades econômicas nacionais. Dessa forma, as possibilidades de atuação anti-cíclica dos Estados Nacionais vêm sendo continuamente deterioradas, acentuando a desproporção existente entre, de um lado, a letárgica expansão da arrecadação (especialmente devido ao contexto de crescimento econômico fraco) e, de outro lado, o aumento expressivo (e de caráter estrutural) dos gastos com juros da Dívida Interna. A retração do crescimento econômico e o aumento dos juros reais têm colocado, especialmente nas duas últimas décadas, crescente pressão sobre os orçamentos públicos

---

<sup>67</sup> No caso dos países da América Latina, os Estados, “atolados” em suas dívidas com os Estados Unidos, passaram a obedecer às imposições norte-americanas de implantação de políticas econômicas neoliberais de abertura econômica, valorização cambial, corte nos gastos sociais, contenção da inflação, elevação das taxas de juros e liberalização dos mercados financeiros como forma de receberem novos empréstimos e renegociarem as dívidas já existentes (CANO, 1998, p. 44). A financeirização, com origem na mobilidade do capital passa a ser utilizada como instrumento da hegemonia americana, que exige determinados comportamentos das políticas econômicas dos Estados devedores e obstrui a autonomia das políticas domésticas, prejudicando o crescimento econômico e o emprego. O resultado dessas políticas só vieram piorar as condições das balanças comerciais e de pagamentos dos países endividados a partir da abertura dos mercados, enquanto os Estados Unidos passaram a ser cada vez mais receptores de fluxos de capital através do pagamento dos juros das dívidas e através da atração que exercia seus títulos da sua dívida pública.

(premidos também pela intensificação da volatilidade do capital e pela crescente informalização dos mercados de trabalho, que acabam atuando como fatores adicionais decisivos para debilitar a capacidade de arrecadação dos Estados Nacionais)”. (MATTOS, 2001, p. 68).

Enquanto a situação da Europa era esta, para os EUA, houve uma intensificação dos fluxos de capitais em direção a sua economia. Mesmo endividados, os EUA conseguiram crescer, devido a atratividade do seu mercado financeiro que impulsionou seu crescimento econômico na década de 90.

Esta atratividade dos fluxos financeiros internacionais para os Estados Unidos decorre da hegemonia do dólar (moeda central do sistema), da maior dimensão e dinamismo de seu mercado financeiro e também da atração exercida pelos títulos emitidos pelo Tesouro (de elevada liquidez e de menores riscos).

Com um mercado de capitais extremamente atrativo, a valorização das ações dos Estados Unidos fez aumentar o peso desses ativos no patrimônio das famílias americanas<sup>68</sup>, muito mais do que o aumento dos salários reais. A valorização das ações alavanca o crédito para consumo das famílias e aumenta o consumo, o que explica o crescimento da produção e emprego (MATTOS, p.73)

**Tabela 2.1 - Posse de ações por parte das famílias como percentual de sua riqueza líquida 1980 – 1997**

Países	1980-84	1985-89	1990-94	1995	1996	1997
EUA	10.6	11.0	15.1	19.5	20.9	24.4
Japão	4.5	7.6	5.8	5.4	4.9	3.7
França	1.3	3.1	2.9	2.6	2.9	3.2
Itália	0.8	2.1	3.6	3.8	3.6	4.7
Reino Unido	5.5	6.3	9.4	11.3	11.3	12.4
Canadá	13.7	13.9	14.2	15.6	16.5	18.3

Fonte: apud Mattos (2001)

<sup>68</sup> Com isso, houve uma ampliação das desigualdades de renda das famílias americanas, já que o aumento do rendimento, dado pelo maior peso das aplicações financeiras, aumentou ainda mais a distância entre ricos e pobres, ou seja, entre aqueles com condições de realizar tais aplicações e aqueles que dependem, exclusivamente, dos salários. (MATTOS, 2001, p. 148).

As transações puramente financeiras são, de longe, superiores a qualquer transação de serviços e de produtos. Chesnais destaca que a esfera financeira representa o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital, com inigualável grau de mobilidade e que este tipo de investimento representou a principal forma de IED a partir da década de 80 (CHESNAIS, 1996). O segmento de maior dinamismo do mercado financeiro é o mercado de câmbio.

“No início da década de 90, aproximadamente 1 trilhão de dólares foram trocados diariamente nos mercados cambial das principais praças financeiras. Por outro lado, as transações no mercado cambial para operações financeiras são 50 vezes mais importantes que as articuladas com o comércio internacional de bens e serviços” (PLIHON, 1996, p. 99)

Depois do mercado de câmbio, vem a negociação dos títulos da Dívida Pública que se internacionalizaram na década de 80.

“Com o crescente peso da dívida, os Tesouros Públicos Nacionais não puderam mais contar exclusivamente com os investidores nacionais. Era necessário apelar aos investidores internacionais (...) para adquirir os títulos públicos nacionais. É desse modo que as autoridades públicas liberalizam e modernizam os sistemas financeiros para satisfazer suas próprias necessidades de financiamento. Este objetivo foi largamente atingido, entre os grandes países industrializados, a parte dos títulos públicos detidos pelos estrangeiros aumentou no Canadá, Reino Unido e principalmente na França e na Alemanha”(PLIHON, 1996, p. 95).

Enfim, é na esfera financeira, predominantemente, que se dá a reprodução do capital, mas de uma maneira internacionalizada e imbricada também com o capital produtivo, com prejuízo para o crescimento das economias e para a criação de empregos.



Através da tabela abaixo, pode-se verificar que a média do crescimento dos PIBs dos países desenvolvidos a partir da década de 80 foi menor se comparada aos períodos anteriores, sendo que os EUA possuíam taxas maiores.

**Tabela 2.2 - Taxa média anual de crescimento do PIB real por período (\*) 1950-1998**

<b>Países</b>	<b>1950-1960</b>	<b>1960-1973</b>	<b>1973-1979</b>	<b>1980-1983</b>	<b>1984-1989</b>	<b>1990-1998</b>	<b>1980-1998</b>
<b>EUA</b>	3.3	4.0	2.5	1.0	4.0	2.5	<b>2.7</b>
<b>Grã-Bretanha</b>	2.9	3.1	1.5	0.4	3.7	1.9	<b>2.1</b>
<b>Alemanha</b>	8.0	4.4	2.4	0.6	2.6	2.4	<b>2.1</b>
<b>França</b>	4.6	4.6	2.4	1.5	2.8	1.7	<b>2.0</b>
<b>Itália</b>	5.8	5.3	3.7	1.5	3.0	1.3	<b>1.9</b>
<b>OCDE</b>	n.d	n.d	3,4 (1)	1.3	3.8	2.3	<b>2.6</b>
<b>Euro Área</b>	n.d	n.d	2,8 (1)	0.9	2.9	2.0	<b>2.1</b>

Fonte: apud Mattos (2001)

(\*) em percentuais

(1) entre 1971 e 1981

### **2.3. Neoliberalismo**

Além de tudo isso, vivemos uma época de maior ofensiva da ideologia neoliberal, em que os trabalhadores são acusados como responsáveis pelas dificuldades de competitividade das empresas e até mesmo pelo aumento do desemprego, já que o “excesso” de proteções e os altos custos de mão-de-obra, ou melhor, a rigidez do mercado de trabalho, acabam por forçar as grandes empresas a demitirem para alcançarem espaço no mercado.

Esta ofensiva neoliberal critica também a interferência do Estado como regulador do mercado de trabalho, o qual deve estar totalmente livre de quaisquer “obstáculos” para criar empregos. Estes preceitos do neoliberalismo levam a pensar que os direitos trabalhistas são sinônimos de vantagens ou privilégios que provocam um

impedimento ao crescimento econômico. Então, a flexibilização é entendida como um caminho ideal e imprescindível para libertar o capital de amarras e, aí então, gerar mais empregos.

A flexibilização do trabalho está baseada numa interpretação clássica ou neoclássica que focaliza o problema do desemprego no âmbito microeconômico, ou seja, exclusivamente no mercado de trabalho.

“A análise neoclássica sobre o desemprego pressupõe como princípio fundamental o funcionamento do mercado de trabalho, no qual agentes econômicos de igual racionalidade e poder de mercado se encontram, como demanda empresarial por mão-de-obra e oferta de mão-de-obra por parte dos trabalhadores. Dessa maneira, os trabalhadores controlam sua oferta no mercado de trabalho, na maioria dos modelos” (DATHEIN, 2000, p. 35).

Sendo assim, se os trabalhadores aceitam as condições do mercado, haverá emprego, caso contrário, se eles rejeitam as condições dadas e impõem as suas próprias condições, serão os responsáveis pelo desemprego<sup>69</sup>.

Para a teoria clássica, os desequilíbrios, ou melhor, o desemprego, é causado pelas elevações salariais em relação à produtividade, deixando de ser flexíveis o suficiente para manter o nível de emprego. No entanto, o sistema tende a voltar ao equilíbrio quando os salários elevados fazem as empresas dispensarem mão-de-obra. Consequentemente, o desemprego resultante rebaixa os salários, aí então, com salários adequados, tem-se novamente condições propícias para a criação de empregos, já que a oferta e demanda por mão-de-obra voltam ao equilíbrio.

---

<sup>69</sup> Para esta visão, o mercado de trabalho é um mercado como outro qualquer. De acordo com a lei de Say, para toda oferta existe uma demanda equivalente, ou seja, a demanda por empregos não pode ser maior que a oferta, a não ser que esta demanda não esteja aceitando as condições dadas pela oferta, forçando uma decisão particular que poderia muito bem ser evitada.

As teorias neoclássicas vão mais além, vêem o problema não apenas nos salários elevados, como também nos “benefícios aos desempregados, os salários mínimos fixados acima do nível salarial de equilíbrio, o poder sindical, a incidência de impostos sobre os salários, fatores demográficos ou migratórios, as diferenças entre oferta e demanda setoriais por trabalho” (DATHEIN, 2000, p. 49). O Welfare State e a intervenção sindical, respectivamente através do seu arcabouço de segurança social (fornecimento de bens e serviços, seguro desemprego, legislação de segurança no emprego, etc.) e poder de barganha dos trabalhadores, criam, para esta visão, obstáculos à criação de emprego devido a rigidez do mercado de trabalho e a intromissão do Estado na economia.

O empregador, obrigado a respeitar a legislação trabalhista, com seus “enormes” custos de admissão e demissão, é obrigado a substituir trabalho vivo por trabalho morto (através do incremento tecnológico) ou partir para empregos atípicos (temporários, subcontratados, em tempo parcial, estagiários, etc). Por outro lado, o seguro desemprego é visto como um estímulo ao desemprego voluntário, já que o indivíduo recebe sem trabalhar e encontra na sociedade de Bem-Estar toda uma armação social que facilita a sua sobrevivência fora do mercado.

É devido a estes fatores que, após a década de 60<sup>70</sup>, depois de tantos “obstáculos” e intervenções resultantes do Welfare State e do poder de barganha dos sindicatos que, segundo os neoclássicos, conhecemos um período de crescente desemprego. Com um mercado de trabalho extremamente rígido e um Estado que se “intromete” no mercado, o emprego é a única variável de ajuste para empregadores. Os próprios trabalhadores são responsáveis não apenas pelo desemprego de mão-de-obra, como também de capital e o resultado pode ser comprovado através das baixas taxas de crescimento econômico. Em outras palavras, os empregadores deixam de investir por causa dos elevados salários e outros encargos que são obrigados a arcar.

A solução é liberalizar o mercado, ou melhor, flexibilizar toda a rigidez do mercado de trabalho, rebaixar os salários e extinguir a barganha sindical para que o

---

<sup>70</sup> Ver ANDERSON, 1995.

mercado possa livrar-se das “interferências” externas que provocam desequilíbrios e assim, funcionar racionalmente.

A flexibilização é entendida como a liberdade do capital para admitir e demitir mão-de-obra e adaptar o uso do tempo, da locação e remuneração do trabalho conforme as necessidades impostas pelo mercado para que investimentos, geração de emprego e crescimento econômico venham a ocorrer.



### Capítulo 3 – Algumas Transformações do Mundo do Trabalho

Em cada fase da história do capitalismo encontramos características específicas na relação entre capital e trabalho. Se buscarmos a essência do capitalismo, veremos que a sua natureza implica na subordinação do trabalho em relação ao capital. No entanto, essa subordinação conheceu inúmeras formas ao longo da história e até mesmo um período de conciliação entre tais forças antagônicas.

M. Burawoy<sup>71</sup>, em seu texto *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado*, distingue três fases do sistema capitalista e nomeia cada uma através de conceitos que revelam determinadas características.

Primeiramente, o autor se refere ao início do sistema como um momento em que a reprodução do capital se dava através da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, com extensão da jornada e intensificação do trabalho. Este período é denominado pelo autor de *Despotismo de Mercado*, cuja subordinação do trabalhador em relação ao capital é absoluta e a sobrevivência fora desta relação é simplesmente impraticável, já que o trabalhador possui apenas sua força de trabalho para ser vendida no mercado. Num segundo momento, temos o conceito *Período Hegemônico*, ou seja, quando surge uma conciliação entre capital e trabalho e também uma maior intervenção estatal nesta relação através do salário social e da limitação do arbítrio gerencial atribuído ao reconhecimento dos sindicatos. Aqui, as necessidades de reprodução dos indivíduos não

---

<sup>71</sup> BURAWOY, 1990.

estão mais (necessariamente) atreladas às necessidades de reprodução da atividade produtiva, há a constituição de uma legislação previdenciária que garante esta separação a fim de libertar ou amenizar a dependência humana do mercado. Por último, M. Burawoy chama as últimas décadas do capitalismo de período *Despotismo Hegemônico*, através do qual voltamos a presenciar uma maior vulnerabilidade do trabalhador frente ao capital, mas de uma forma diferente:

“(…) é vulnerabilidade coletiva dos trabalhadores à mobilidade nacional e internacional do capital (...) os trabalhadores enfrentam a perda de seus postos não como indivíduos, mas como uma consequência das ameaças que incidem sobre a viabilidade econômica das empresas” (M. BURAWOY, 1990).

Nos primórdios do capitalismo havia uma insegurança generalizada, dentro e fora do mercado de trabalho. Fora, porque se estava excluído, à margem de uma sociedade em que os laços familiares, da auto-produção e da Igreja já não predominavam mais. Dentro, a insegurança aparecia pelas doenças que se estava sujeito, sem saber como se daria a sobrevivência em momentos de dispensa mão-de-obra, ou então, quando numa idade mais avançada, em que se era imprestável ao trabalho. Toda esta desgraça social suscitou uma intervenção estatal, cuja preocupação com uma *questão social* que não podia mais ser ignorada, mostrou, cada vez mais, evidências de que não era fruto de esforços individuais insuficientes, mas sim, fruto da lógica de um sistema que produzia suas próprias contradições<sup>72</sup>.

A intervenção estatal planejada, organizada e administrada surgiu somente a partir do início do século XX, após crises econômicas e a I Guerra Mundial, fatores que tornaram imprescindíveis um maior planejamento das intervenções através de políticas que visavam a proteção do emprego e a reconstrução da nação. A tese de um mercado perfeito ou auto-regulável mostrou-se ineficaz diante das crises. Os trabalhadores, por sua vez,

---

<sup>72</sup> CASTEL, 1998.

reivindicaram atitudes por parte do Estado em direção a criação de normas e instituições que fortalecessem sua posição no mercado de trabalho:

“legislação sobre horas de trabalho, férias remuneradas, fundos de previdência social (...) O Estado se comprometeu a manter o “pleno emprego” por meio de um ajustamento planejado de todas as políticas econômicas” (MYRDAL, 1962, p. 61).

A primeira metade do século XX foi marcada por inúmeras conquistas dos trabalhadores e de toda a sociedade nos países industrializados, através da instituição da previdência social e universalização de serviços de saúde e educação, o que significou a desmercantilização do acesso a bens, serviços e até mesmo rendimento para alguns segmentos da sociedade<sup>73</sup>.

A instauração da previdência social impediu que os trabalhadores estivessem indefesos frente aos riscos inerentes à condição do trabalho e que fossem jogados a sua própria sorte quando impedidos de participar do mercado de trabalho, seja por motivos de doenças, acidentes ou velhice. Assim, os trabalhadores (e suas famílias) passaram a ter a garantia de reprodução de suas vidas quando as mazelas da própria condição humana os impediam de participar do processo de venda da sua força de trabalho.

O Estado de Bem Estar Social passou a coordenar políticas de emprego, habitação, educação, saúde, previdência, entre outras políticas, tendo por fim o bem estar dos cidadãos. A social-democracia representou a elevação do status do trabalhador, através da maior participação econômica, política e social<sup>74</sup>.

No pós-guerra, as novas conquistas dos trabalhadores fizeram com que houvesse nova redução da assimetria entre capital e trabalho e que o status do trabalhador não fosse mais sinônimo de uma condição humilhante e subumana. O contrato de trabalho

---

<sup>73</sup> OLIVEIRA, 1998.

<sup>74</sup> MATTOSO, 1995.



regulado pelas partes estabeleceu a jornada de 8 horas, o fim de semana remunerado, férias, 13º salário, proibição do trabalho noturno para mulheres, etc.

A condição dos trabalhadores nos *anos dourados* passou a ser, contrária ao passado, mais segura, sem ser sinônimo de grandes mazelas e injustiça social, com novos padrões de consumo, maior nível salarial – que acompanhava a produtividade -, conquistas legislativas de segurança no trabalho, etc.

As relações de trabalho, embora com diferenças entre países, fez da negociação coletiva e das greves organizadas pelos sindicatos, direitos dos trabalhadores. Foi por meio da negociação coletiva que se obteve uma regulação da locação do trabalho (ocupações, funções, tarefas), do uso (jornada) e da remuneração (salário mínimo). Contudo, o benefício não foi apenas para o trabalhador, mas também para o empregador, já que estabeleceu uma homogeneidade tanto das condições dos trabalhadores quanto das condições a serem respeitadas pelos empregadores. As normas do contrato de trabalho protegem o empregador individual na medida em que todos os empregadores são obrigados a arcar com as mesmas obrigações, sendo anuladas as desvantagens da concorrência. Para o Estado, a negociação coletiva é atraente quando ele transfere para os antagonistas sociais a tarefa de definição de salários e condições de trabalho.

O pós-guerra foi um período singular na história do capitalismo, composto por grandes conquistas dos trabalhadores que, de acordo com Guy Standing, deu origem a uma segurança em todo o mundo do trabalho:

- ❑ **Segurança do Mercado de Trabalho:** oportunidades de emprego adequadas, através de pleono emprego garantido pelo Estado;
- ❑ **Segurança no emprego:** proteção contra demissão arbitrária, regulamentação sobre admissão e demissão, imposição de custos aos desempregadores, etc;
- ❑ **Segurança de carreira:** um nicho designado como cupação ou “carreira”, mais tolerância de práticas de demarcação, barreiras à diluição da especialização, limites do ofício, qualificações de cargo, práticas restritivas, sindicatos de ofício, etc;

- **Segurança no trabalho:** proteção contra acidentes e doenças no trabalho, através de normas de segurança e de saúde, limites para horas trabalhadas, horas de repouso, trabalho noturno para mulheres, etc.
- **Segurança de reprodução de habilidades:** amplas oportunidades para adquirir e manter habilidades, através de estágios, treinamentos, etc.
- **Segurança de renda:** proteção de renda através de mecanismo de salário mínimo, indexação salarial, previdência social abrangente, taxaço progressiva, etc.
- **Segurança de representação:** proteção de voz coletiva no mercado de trabalho, através de sindicatos independentes e associações empresariais econômica e politicamente incorporadas ao estado, com direito à greve, etc<sup>75</sup>.

A estrutura do mercado de trabalho do pós-guerra foi caracterizada por elevadas taxas de emprego, população industrial majoritária (marcada pela cultura sindical), com um padrão de trabalho em tempo integral, masculino e por tempo indeterminado. Como já exposto anteriormente, as condições sociais, econômicas e políticas favoreceram a autonomia dos Estados Nacionais para atuarem em direção ao crescimento do emprego e da economia, contexto no qual foi essencial a atuação dos trabalhadores na constituição de um mercado de trabalho seguro e homogêneo.

Apesar de todas as conquistas da classe trabalhadora adquiridas ao longo das décadas, hoje assistimos um cenário em que tudo isto está sendo ameaçado. O que se percebe é um desprezo do capital (globalizado) em relação a situação de insegurança dos trabalhadores e de países inteiros que se localizam na periferia do sistema. O quadro atual é de altas taxas de desemprego, flexibilização do trabalho, reduções salariais, aumento de trabalhos atípicos, etc.

Estas transformações compõem um cenário que vai numa direção oposta ao padrão estabelecido no pós-guerra, amplamente caracterizado pela constituição de uma segurança do mundo do trabalho.

---

<sup>75</sup> STANDING, 1998.

Diante de um contexto de mercados abertos, com grande mobilidade mundial de capital, fraco crescimento econômico e concorrência acirrada, a estratégia de atuação das grandes empresas faz com que governos, sindicatos e cidadãos estejam cada dia mais impotentes e submissos à lógica do sistema. A classe trabalhadora, dentro desta “nova ordem”, está envolvida por um ambiente de flexibilização do trabalho, redução da formalidade e constante ameaça de desemprego. A capacidade de deslocalização das grandes empresas, bem como seus investimentos tecnológicos, organizacionais e financeiros, faz com que os trabalhadores passem a assumir o papel de variável de ajuste.

Enquanto a Era Dourada do capitalismo proporcionou um ambiente de relações sociais e salariais com um padrão de consumo favorável aos trabalhadores e maior segurança no mundo do trabalho, a conjuntura atual não oferece um novo padrão de desenvolvimento.

“A menor convergência e maior heterogeneidade das estruturas atuais, a maior incompatibilidade entre o emergente padrão industrial e as normas salariais e o padrão de consumo (...) a redução daqueles níveis de segurança do trabalho do pós-guerra sem a plena configuração de uma nova relação salarial e padrão de consumo compatíveis com o salto executado pelas revigoradas forças produtivas tem ampliado a fragmentação e a desestruturação do trabalho e acentuado a paralisia política e o defensismo estratégico do movimento sindical.”(MATTOSO, 1995).

A volta a uma situação de debilidade do trabalho nas últimas décadas, embora sob novas condições, só vêm comprovar a lógica desse sistema que, sem limites impostos pela sociedade, não traz uma contrapartida benéfica para o trabalhador. É, portanto, “natural” que desigualdade e exclusão social, desemprego, inseguranças no trabalho, pobreza e não satisfação das necessidades básicas dos indivíduos venham acompanhadas de modernidade, altas tecnologias, abundância material e desenvolvimento

científico. Uma coisa não exclui a outra quando os valores de mercado podem sobrepor-se aos valores humanos.

Novamente, assistimos a uma supremacia do capital, hoje globalizado, paralelamente a uma crescente degradação do trabalho e maior distanciamento não apenas entre pessoas pobres e ricas, mas, sobretudo, um distanciamento entre países pobres e ricos que se dá através de uma luta entre capital e trabalho e também intercapitalista.

A nova forma de reprodução do capital (produtivo e financeiro), mais do que nunca em escala mundial, tem consequências nefastas não apenas para o mercado de trabalho, mas para todo o mundo do trabalho, que é constituído pelas relações no interior do processo produtivo, papel dos sindicatos, negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.<sup>76</sup> As transformações do mercado de trabalho, com o surgimento de trabalhos atípicos (part-time, tempo determinado, etc.) são apenas alguns resultados de transformações muito mais abrangentes.

As alterações na estrutura do mercado de trabalho fazem com que os conceitos de desemprego e emprego não sejam homogêneos e de fácil percepção. Dentro do conceito de desemprego, encontramos o desemprego oculto, que é constituído pela heterogeneidade da situação daqueles que estão fora do mercado de trabalho, como por exemplo, jovens e mulheres que saem da PEA (População Economicamente Ativa) devido a conjuntura econômica e entram em outras categorias, tais como estudantes e donas de casa. Estas situações mascaram o desemprego aberto, fazendo com que as taxas de desemprego não revelem uma realidade muito mais complexa. Contudo, apesar das taxas de desemprego aberto abarcarem apenas parcialmente a realidade do mercado de trabalho, através dela, podemos notar indicadores negativos, como o desemprego de longa duração, que tem crescido significativamente a partir dos anos 80 em quase todos os países da zona da OCDE.

A heterogeneidade não alcança apenas aqueles que estão em situação de desemprego, novas situações de emprego entram em cena, como por exemplo, formas atípicas de trabalho (trabalho em *part-time* e por tempo determinado) e uma crescente

---

<sup>76</sup> Ver MATTOSO, 1995 p. 70.

flexibilização do uso do trabalho. Análises da OCDE indicam que uma parcela significativa daqueles que se encontram em trabalhos atípicos, consideram esta inserção no mercado de trabalho como uma “alternativa” ao desemprego e assumem a condição de involuntários até que o emprego esperado seja encontrado<sup>77</sup>.

Em relação às mudanças setoriais, a partir da década de 70 temos uma racionalização produtiva realizada por intensos incrementos de novas tecnologias e uma crescente terceirização e, a partir da década de 80, mudanças organizacionais. Estas alterações fazem com que a indústria prescindida cada vez mais de mão-de-obra, enquanto o setor de serviços tende a absorvê-la, mas não na mesma proporção. Contudo, esta constante elevação da participação dos serviços na estrutura ocupacional entra em regressão nos anos 90, sendo que a informatização e a terceirização atingem também este setor<sup>78</sup>. O setor público passa a acompanhar os processos utilizados pelo mercado de trabalho privado, incorporando também formas de trabalho terceirizado e por tempo determinado.

Conforme já analisado anteriormente, as taxas de crescimento das principais economias mostram fraco desempenho desde a década de 70 e, embora a década de 80 tenha sido caracterizada por uma recuperação econômica (1983-1989), quando analisamos a média do período 1980-1998, podemos perceber que as taxas médias de crescimento do PIB são a metade do período de grande crescimento do pós-guerra (ver tabela nº 2.2 do capítulo 2).

Devido as significativas transformações na estrutura do mercado de trabalho, intensos investimentos tecnológicos e organizacionais implementados e o crescimento econômico bem inferior ao período pós-guerra, os empregos que voltavam já não eram mais os mesmos e nem na quantidade esperada.

Como se já não bastasse estas transformações e suas respectivas conseqüências negativas para o mundo trabalho, durante a década de 90 os baixos índices de crescimento dos PIBs ressurgiram e a predominância da reprodução do capital na esfera

---

<sup>77</sup> OCDE, Perspectives de L' emploi, juillet, 1991.

<sup>78</sup> A informatização atinge especificamente os serviços de capital-intensivo ou capitalistas, como bancos, mercados, etc., o que não acontece nos serviços de trabalho-intensivo, como educação e saúde, por exemplo.

financeira intensificou-se, o que significa, em última instância, a continuidade de elevadas taxas de desemprego sem perspectiva de inversão.

### 3.1. O trabalho em Tempo Parcial

A década de 80 é caracterizada por transformações na estrutura do emprego que distanciam-se da forma homogênea do pós-guerra e vão em direção a uma situação mais heterogênea, com surgimento de empregos atípicos.

O trabalho em tempo parcial<sup>79</sup>, de acordo com dados fornecidos pela OCDE, tem crescido em quase todos os países. Ainda que esta tendência tenha sido generalizada, podemos verificar que em determinados países este tipo de trabalho praticamente duplicou entre os anos 1979 e 1990, caso dos Países Baixos e Nova Zelândia (ver tabela nº 3.2).

Na tabela nº 3.1, nota-se que na União Européia o trabalho em tempo-parcial representava 13% do total do emprego em 1980 e atingiu 17,4% em 1998. França e Alemanha, analisadas separadamente, mostram maior destaque. Não obstante os números tenham crescido para ambos os sexos, há um visível contraste entre homens e mulheres, enquanto o emprego em tempo parcial era de, no máximo, 15% do emprego masculino entre os países relacionados no ano de 1990 (ver tabela 3.2), para as mulheres, a proporção deste emprego era de até 60%, sendo que a média de todos os países selecionados neste ano era de 5,7% para homens e 31,6% para as mulheres.

**Tabela 3.1 - Participação do emprego em tempo-parcial no conjunto dos ocupados União Européia e principais países europeus - 1980-1998 (% da ocupação total)**

Países	1980	1990	1991	1994	1996	1997	1998
<b>União Européia (E15)</b>	13.0	13.7	13.7	15.6	16.4	16.9	17.4
<b>Alemanha</b>	12.8	15.2	14.1	15.8	16.5	17.5	18.3
<b>França</b>	10.9	11.9	12.1	14.9	16	16.8	17.3
<b>Itália</b>	5.3	4.9	5.5	6.2	6.6	7.1	7.3
<b>Reino Unido</b>	21.2	21.7	22.2	23.8	24.6	24.9	24.9

Fonte: apud Mattos (2001)

Nota: a partir de 1991 (inclusive), os dados incorporam informações da ex-Alemanha Oriental

<sup>79</sup> OCDE Employment Outlook, 1995, p. 211.

**Tabela 3.2 - Importância e Composição do Trabalho em Tempo Parcial  
1979-1990  
Porcentagem**

	Proporção do Trabalho em Tempo Parcial sobre									Participação das mulheres sobre o trabalho em Tempo Parcial		
	O emprego total			O emprego masculino			O emprego feminino			1979	1983	1990
	1979	1983	1990	1979	1983	1990	1979	1983	1990	1979	1983	1990
<b>Austrália</b>	15.9	17.5	21.3	5.2	6.2	8.0	35.2	36.4	40.1	78.7	78.0	78.1
<b>Áustria</b>	7.6	8.4	8.8	1.5	1.5	1.6	18.0	20.0	20.0	87.8	88.4	88.8
<b>Bélgica</b>	6.0	8.1	10.2	1.0	2.0	1.7	16.5	19.7	25.0	88.9	84.0	89.6
<b>Canadá</b>	12.5	15.4	15.4	5.7	7.6	8.1	23.3	26.1	24.4	72.1	71.3	71.0
<b>Dinamarca</b>	22.7	23.8	23.7	5.2	6.6	9.0	46.3	44.7	41.5	86.9	84.7	79.4
<b>Finlândia</b>	6.7	8.3	7.2	3.2	4.5	4.4	10.6	12.5	10.2	74.7	71.7	67.8
<b>França</b>	8.2	9.7	12.0	2.4	2.6	3.5	16.9	20.0	23.8	82.2	84.4	83.1
<b>Alemanha</b>	11.4	12.6	13.2	1.5	1.7	2.1	27.6	30.0	30.6	91.6	91.9	90.5
<b>Grécia</b>	-	6.5	5.5	-	3.7	2.9	-	12.1	10.3	-	61.2	65.7
<b>Irlanda</b>	5.1	6.6	8.1	2.1	2.7	3.8	13.1	15.5	17.1	71.2	71.6	68.2
<b>Itália</b>	5.3	4.6	5.7	3.0	2.4	3.1	10.6	9.4	10.9	61.4	64.8	64.7
<b>Japão</b>	15.4	16.2	17.6	7.5	7.3	8.0	27.8	29.8	31.9	70.1	72.9	73.0
<b>Luxemburgo</b>	5.8	6.3	6.5	1.0	1.0	2.0	17.1	17.0	15.1	87.5	88.9	80.0
<b>Países Baixos</b>	16.6	21.4	33.2	5.5	7.2	15.8	44.0	50.1	61.7	76.4	77.3	70.4
<b>N. Zelândia</b>	13.9	15.3	20.1	4.9	5.0	8.5	29.1	31.4	35.2	77.7	79.8	76.1
<b>Noruega</b>	25.3	29.0	26.6	7.3	7.7	8.8	50.9	63.3	48.2	83.0	83.7	81.8
<b>Portugal</b>	7.8	-	5.9	2.5	-	3.1	16.5	-	10.0	80.4	-	69.8
<b>Espanha</b>	-	-	4.8	-	-	1.6	-	-	11.9	-	-	77.2
<b>Suécia</b>	23.6	24.8	23.2	5.4	6.3	7.3	46.0	45.9	40.5	87.5	86.6	83.7
<b>Reino Unido</b>	16.4	19.4	21.8	1.9	3.3	5.0	39.0	42.4	43.8	92.8	89.8	87.0
<b>EUA</b>	16.4	18.4	16.9	9.0	10.8	10.0	26.7	28.1	25.2	68.0	66.8	67.6

Fonte: OCDE, Perspectives de L'Emploi (juillet, 1991)

Apesar das taxas de trabalho em tempo parcial terem aumentado, é importante destacarmos que dentro deste grupo existe um número considerável de involuntários<sup>80</sup>. Na tabela abaixo, a comparação entre os anos de 1983 e 1993 em alguns países selecionados demonstra que o trabalho em tempo parcial involuntário aumentou tanto para os homens quanto para as mulheres, porém, como porcentagem da respectiva força de trabalho, os jovens e as mulheres possuem taxas mais altas.

<sup>80</sup> Segundo estudo da OCDE (Employment Outlook, July, 1995), o trabalho involuntário em part-time é constituído por pessoas que não encontram trabalho em full-time ou que trabalham menos horas do que gostariam (tanto no full-time como no part-time), totalizando 8 milhões em 1993 na zona da OCDE.

**Tabela 3.3 - Pessoas que trabalham involuntariamente em Tempo Parcial por não encontrarem trabalho em Tempo Integral  
% da força de trabalho de cada grupo (por sexo e idade)**

1983								
	Homens				Mulheres			
	16-64	16-24	25-54	55-64	16-64	16-24	25-54	55-64
Alemanha (1985)	0.2	-	0.2	-	1.7	1.0	2.0	1.3
Itália	0.7	1.3	0.6	0.6	2.2	2.7	2.2	1.2
Reino Unido	0.5	0.8	0.4	0.7	3.0	2.8	3.1	2.5
Estados Unidos	1.9	-	-	-	4.1	-	-	-
1993								
	Homens				Mulheres			
	16-64	16-24	25-54	55-64	16-64	16-24	25-54	55-64
França	1.7	4.4	1.4	0.8	7.5	12.4	7.1	4.0
Alemanha	0.2	0.3	0.2	0.1	2.0	0.9	2.1	2.6
Itália	0.8	1.4	0.8	0.6	2.8	3.5	2.7	1.4
Reino Unido	1.6	2.5	1.3	2.6	4.3	5.0	4.0	5.1
Estados Unidos	1.6	4.2	1.1	1.0	3.1	5.8	2.6	2.7

Fonte: OCDE, Employment Outlook, July 1995.

Assim como as taxas de desemprego, o trabalho em tempo parcial involuntário também pode ser relacionado com os ciclos econômicos. Em tempos de recessão, as taxas de trabalho em tempo parcial involuntário são acompanhadas de altos níveis de desemprego, em contrapartida, em períodos de recuperação econômica, as duas taxas tendem a diminuir. Em momentos de crise econômica o trabalho em tempo parcial surge como um trampolim, ou seja, como uma alternativa ao desemprego, daí o fato destes períodos serem acompanhados de crescimento considerável do número de involuntários neste tipo de trabalho. Para muitos involuntários, esta situação é dada como provisória e precária, por isso, muitos que se encontram nesta situação ainda continuam procurando emprego em tempo integral, o que significa também uma forma de desemprego oculto.

Na tabela nº 3.4, referente a dois períodos de recuperação econômica (décadas de 80 e 90), os dados indicam que o trabalho em *part-time* vem crescendo mais que o trabalho em *full-time* em relação ao emprego total, fato que demonstra uma tendência no mercado de trabalho de substituição entre estes tipos de emprego e não simplesmente uma característica de períodos de baixo crescimento econômico. Nos anos 90, o



crescimento do emprego *part-time* em relação ao emprego total foi superior ao *full-time*, enquanto este último manteve-se estável ou até mesmo diminuiu em muitos países.

**Tabela 3.4 - Composição do crescimento do emprego nos dois últimos períodos de recuperação econômica em países selecionados da OCDE**  
**Porcentagens médias anuais**

<b>França</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>Japão</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
Crescimento do Emprego	-0.9	-1.0	1.2	Crescimento do Emprego	1.0	0.0	-0.3
Tempo Integral	87.5	86.3	85.2	Tempo Integral	79.5	78.9	78.6
Tempo Parcial	12.5	13.7	14.8	Tempo Parcial	20.5	21.1	21.4
	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>		<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>
Crescimento do Emprego	0.6	0.2	0.7	Crescimento do Emprego	1.0	0.2	1.0
Tempo Integral	89.3	88.5	88.5	Tempo Integral	83.6	83.5	83.3
Tempo Parcial	10.7	11.5	11.5	Tempo Parcial	16.4	16.5	16.7
<b>Alemanha</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
Crescimento do Emprego	-0.2	-1.8	-0.6	Crescimento do Emprego	-2.3	0.5	0.7
Tempo Integral	85.9	85.2	-	Tempo Integral	77.9	77.5	77.0
Tempo Parcial	14.1	14.8	-	Tempo Parcial	22.1	22.5	23.0
	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>		<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>
Crescimento do Emprego	-0.7	0.4	1.0	Crescimento do Emprego	1.8	1.7	0.5
Tempo Integral	87.8	88.1	87.6	Tempo Integral	81.8	80.0	79.6
Tempo Parcial	12.2	11.9	12.4	Tempo Parcial	18.2	20.0	20.4
<b>Itália</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
Crescimento do Emprego	-0.6	-4.7	-1.7	Crescimento do Emprego	1.0	2.0	2.1
Tempo Integral	94.3	94.7	94.0	Tempo Integral	82.5	82.5	81.1
Tempo Parcial	5.7	5.3	6.0	Tempo Parcial	17.5	17.5	18.9
	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>		<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>
Crescimento do Emprego	0.7	0.9	0.1	Crescimento do Emprego	3.5	3.3	2.0
Tempo Integral	95.8	95.0	95.1	Tempo Integral	81.6	82.4	82.6
Tempo Parcial	4.2	5.0	4.9	Tempo Parcial	18.4	17.6	17.4

Fonte: OCDE, Employment Outlook, July, 1995.

Além do emprego em part-time ser considerado como um emprego atípico, ainda é preciso destacar as implicações para este tipo de trabalhador em relação à precarização e flexibilização<sup>81</sup>.

“Um emprego em tempo parcial, limitado a algumas horas por semana pode não ser submetido a impostos ou às cotizações da seguridade social e somente oferecer pouco ou nenhuma seguridade de emprego. Isso representa uma forma extrema de flexibilização melhor para o empregador que para o assalariado” (OCDE Perspectives de L’emploi, juillet, 1991).

“(…) benefícios como férias remuneradas, licença por doença, programas de aposentadoria e também sistemas de seguro de saúde são normalmente usufruídos por uma parcela menor dos trabalhadores em tempo parcial do que de trabalhadores de tempo integral” (MATTOS, p.195).

É no setor terciário que temos um maior número de trabalhadores e tempo parcial, justamente o setor que mais cresce, absorvendo a maior parte dos empregos. “Os serviços representam uma maior proporção do emprego total. A proporção do emprego no setor terciário nos países da OCDE passou de 57% em 1980 para 62% em 1988 (...) Em 1970 a América do Norte registrou níveis de mais de 60% (...) Nos EUA a proporção estava em torno de 70%, ao passo que era inferior a 60% na Alemanha Ocidental e Japão”<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> Estudos do trabalho em tempo parcial no Brasil, por exemplo, mostram que embora as obrigações trabalhistas não se alterem, as diferenças são marcadas pela menor quantidade de dias de férias, que varia entre 8 e 18 dias, pelo impedimento de se fazer horas extras e por prescindir dos sindicatos. Ver TUMA, 1999.

<sup>82</sup> *idem*, p. 43.

### 3.2. O Emprego por Tempo Determinado

Outra forma atípica de emprego é o trabalho temporário ou por tempo determinado<sup>83</sup> e é aí que podemos encontrar a forma mais explícita da condição precária do trabalhador, já que ele se encontra numa situação de constante insegurança. Este tipo de trabalho tem aumentado rapidamente em vários países, em outros, tem sido pouco importante. “O trabalho temporário compreende numerosas subcategorias, dentre as quais, os contratos de duração determinada, os empregos sazonais, empregos ocasionais e certos tipos de emprego no setor público”<sup>84</sup>.

Na tabela nº 3.5, nota-se que na União Européia houve um aumento da participação deste tipo de emprego em relação ao total dos ocupados a partir da década de 80, sobretudo na década de 90. Na França, país que mais se destaca dentre os demais, em 1980 a participação do emprego por tempo determinado era a metade da União Européia e no final da década de 90, passa a ser equivalente.

**Tabela 3.5 - Participação do emprego sob contrato de duração determinada no conjunto dos ocupados  
União Européia e principais países europeus  
1980-1998**

Países	1980	1990	1991	1994	1996	1997	1998
União Européia (E15)	8.4	10.3	10.4	11.0	11.8	12.2	12.8
Alemanha	10.0	10.5	10.1	10.3	11.1	11.7	12.3
França	4.7	10.5	10.2	11.0	12.6	13.1	13.9
Itália	4.8	5.2	5.4	7.3	7.5	8.2	8.6
Reino Unido	7.0	5.2	5.3	6.5	7.1	7.4	7.1

Fonte: apud Mattos (2001).

<sup>83</sup> Não existem dados completos e sistemáticos numa escala internacional sobre emprego temporário nos anos 80 e os questionários seguem modelos lógicos diferentes, assim, os resultados podem induzir a erros, mas ao menos nos fornecem a indicação de uma tendência de crescimento desta modalidade de emprego nos últimos anos. Na Bélgica, por exemplo, busca-se simplesmente interrogar as pessoas no sentido de saber se sua situação é de contrato permanente ou de duração determinada. Na França, o questionário é bem mais abrangente, diferenciando contrato de duração determinado, sazonal ou estágio.

<sup>84</sup> OCDE Perspectives de L'Emploi, 1991, p.50.

Em relação aos setores econômicos, o crescimento é visível no setor de serviços entre os países selecionados (ver tabela abaixo), porém, na França houve um significativo aumento do contrato por tempo determinado na década de 80 em quase todos os setores, incluindo aí o emprego público. Neste país, o número de trabalhadores com contrato determinado passou de 315.000 em 1985 para 611.000 em 1989. Em Portugal, os números passaram de 403.000 em 1983 para 517.000 em 1988”<sup>85</sup>

Por causa dessa situação temporária, estes trabalhadores são menos estáveis que os trabalhadores permanentes e, segundo estudo da OCDE, este tipo de contrato é cada vez mais seguido pelo desemprego. A proporção de pessoas que entram no desemprego pela expiração de um contrato de tempo determinado na Alemanha ocidental aumentou por volta de 18,4% em 1987, já na França, essa proporção equivale a 47% contra 31% em 1979.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> *idem.*

<sup>86</sup> *idem*, p. 53

**Tabela 3.6 – Participação dos empregos temporários sobre o emprego assalariado por campo de atividade**  
**Porcentagem**

	Conjunto das atividades	Agricultura, silvicultura, pesca e caça	Energia e água	Indústria extrativa e produtos químicos	Indústria manufatureira	Bâtiments e trabalhos públicos	Comércio e distribuição	Transporte e comunicação	Bancos de seguros, negócios imobiliários e serviços de abastecimento às empresas	Outros serviços	Administração Pública
<b>França</b>											
1983											
1985	3.3	5.1	2.4	2.1	3.7	5.2	6.0	1.1	3.8	2.4	0.7
1987	4.7	7.6	2.5	3.2	4.2	6.2	6.4	1.8	4.9	5.1	3.8
1989	7.1	10.1	2.3	3.2	6.0	8.4	8.9	2.9	6.5	9.1	6.3
	8.5	11.5	2.6	7.0	8.9	9.9	10.9	3.9	7.5	9.5	5.9
<b>Alemanha</b>											
1985											
1987	10.0	21.6	4.7	6.2	7.7	10.4	12.0	5.5	9.0	13.9	12.4
1989	11.6	24.4	6.0	6.9	8.8	11.2	13.9	6.7	10.0	15.8	16.2
	11.0	17.4	6.6	5.8	8.2	9.1	13.6	6.4	10.1	15.4	15.9
<b>Italia</b>											
1983											
1985	6.6	35.9	2.3	0.9	2.2	11.9	7.0	1.5	1.9	6.5	2.3
1987	4.8	24.2	1.6	0.7	2.1	7.0	5.6	1.3	1.7	6.0	2.0
1989	5.4	27.0	1.3	2.0	2.6	8.3	5.9	1.5	3.8	5.8	1.9
	6.3	28.1	1.5	2.0	3.7	9.8	8.1	1.4	4.3	7.0	2.3
<b>Japão</b>											
1983											
1985	10.3	26.5	2.8	0.0	8.9	17.5	13.4	4.2	3.6	9.9	6.7
1987	10.4	27.9	3.0	0.0	9.1	16.4	13.5	4.3	3.5	10.2	6.0
1989	10.5	25.0	3.2	0.0	9.0	15.1	13.9	4.9	4.6	10.7	5.6
	10.8	26.7	3.3	0.0	8.8	14.2	14.6	6.1	4.9	11.0	5.3
<b>Reino Unido</b>											
1983											
1985	5.5	11.8	2.0	2.3	2.7	6.9	9.0	2.2	3.7	7.9	4.0
1987	5.7	10.7	2.0	2.1	3.0	6.2	8.1	2.2	4.0	8.9	5.2
1989	6.3	10.2	2.8	3.0	3.1	6.9	7.8	2.7	4.8	9.8	7.4
	5.4	7.1	3.1	3.3	2.7	4.4	7.6	2.7	4.1	8.8	3.2

Fonte: Perspectives de L'Emploi, juillet, 1991.

Enquanto para o trabalhador este tipo de emprego é sinônimo de insegurança e instabilidade, para o empregador, este tipo de trabalho possibilita vantagens. O empregador pode se utilizar do trabalho temporário como uma alternativa às novas contratações de tempo indeterminado, o que facilita a adaptação da empresa frente às

flutuações das atividades econômicas sem necessidade de arcar com os custos de admissão e demissão<sup>87</sup>.

### 3.3. O Desemprego

Não é somente o emprego que tem sido marcado por uma heterogeneidade, em relação ao desemprego, esta característica também passou a ser uma marca registrada. Além do crescimento das taxas de desemprego, a partir da década de 80 podemos observar um maior peso do desemprego de longa duração (12 meses ou mais), assim como um número considerável de trabalhadores em desalento, sem falar daqueles que saem do mercado de trabalho para a inatividade.

**Tabela 3.7 - Taxas médias anuais de desemprego por período  
% da população ativa total**

Países	1968-1973	1974-1979	1980-1983	1984-1989	1990-1996
<b>EUA</b>	4.6	6.7	8.4	6.4	6.3
<b>Alemanha</b>	0.8	3.2	5.2	6.5	6.7
<b>França</b>	2.6	4.5	7.5	10.0	11.0
<b>Reino Unido</b>	2.4	5.0	10.0	10.0	9.0
<b>Itália</b>	5.7	6.6	8.1	10.4	10.4
<b>Com. Européia</b>	2.4	4.9	8.6	10.3	10.9 (**)

Fonte: apud Mattos (2001)

Em relação ao desemprego, quando comparamos os anos de 1979 e 1989 (ver tabela nº 3.8), podemos observar que o crescimento do desemprego foi maior entre os jovens e mulheres, porém, quando estes números são comparados com as taxas de desemprego total, eles tendem a diminuir. Provavelmente, esta diminuição em relação ao total significa uma saída de uma parcela dos jovens e mulheres do mercado de trabalho que

<sup>87</sup> MARSHALL *apud* MATTOS, 2001, p. 192.

passaram a apresentar a forma de não-participantes da PEA (População economicamente Ativa).

“Para cada 100 empregos suprimidos, somente 49 pessoas ingressam na condição de desempregado no Japão, 62 na Itália, 66 nos EUA, 73 na Inglaterra, 77 na Alemanha e 88 na França (...) uma parcela importante dos demitidos tem retornado para a condição de inativos”.<sup>88</sup>

**Tabela 3.8 - Modificações da estrutura do Desemprego**

	Taxa de Desemprego dos Jovens (%)		Taxa de Desemprego dos jovens sobre a taxa de Desemprego total		Taxa de Desemprego das Mulheres (%)		Taxa de Desemprego das Mulheres sobre a taxa de Desemprego total	
	1989	(1979)	1989	(1979)	1989	(1979)	1989	(1979)
<b>Estados Unidos</b>	10.5	(11.3)	2.0	(2.0)	5.3	(6.8)	1.0	(1.2)
<b>Japão</b>	4.5	(3.4)	2.0	(1.6)	2.3	(1.9)	1.0	(0.9)
<b>França</b>	19.1	(13.3)	2.0	(2.4)	12.6	(7.9)	1.3	(1.4)
<b>Alemanha</b>	8.1	(3.4)	1.1	(1.2)	8.8	(4.1)	1.2	(1.5)
<b>Reino Unido</b>	8.6	(10.3)	1.4	(2.0)	4.2	(3.9)	0.7	(0.8)
<b>Itália</b>	33.6	(25.6)	2.8	(3.3)	18.7	(13.3)	1.6	(1.7)

Fonte: OCDE, Perspectives de L'Emploi, juillet, 1991

Na tabela abaixo, percebe-se que o desemprego de longa duração cresceu extraordinariamente durante a década de 80, chegando a representar 52.8% do total dos desempregados na Europa OCDE.

<sup>88</sup> DEDECCA, 1999.

**Tabela 3.9 - Desemprego e Desemprego de Longa Duração  
Porcentagem**

	Taxa de Desemprego				Taxa de Desemprego de Longa Duração (a)			
	Média 1974-79	1979	Média 1980-89	1989	Média 1975-80	1980	Média 1981-89	1989
<b>EUA</b>	6.7	5.8	7.2	5.2	5.9	4.3	9.1	5.7
<b>Japão</b>	1.9	2.1	2.5	2.3	16.0	16.4	16.4	18.7
<b>França</b>	4.5	5.9	9.0	9.4	27.1	32.6	43.6	43.9
<b>Alemanha</b>	3.2	3.2	5.9	5.6	-	28.7	45.0	49.0
<b>Reino Unido</b>	5.0	5.0	10.0	7.1	-	29.5	44.4	40.8
<b>Itália</b>	6.6	7.6	9.5	10.9	-	51.2	64.6	70.4
<b>OCDE Europa</b>	4.7	5.6	9.2	8.6	-	31.5	52.0	52.8
<b>CEE</b>	4.8	5.7	9.6	9.0	-	32.7	52.8	53.7
<b>Total OCDE</b>	4.9	5.1	7.3	6.2	-	26.6	33.3	33.7

Fonte: OCDE, Perspectives de L'Emploi, lulliet, 1991.

(a) 12 meses e mais

Para termos uma noção mais abrangente do desemprego, temos necessariamente que acompanhar o aumento das taxas de desalento, já que ela é acompanhada de períodos de maior desemprego. Os trabalhadores em desalento são aqueles que querem trabalhar, mas não procuram trabalho porque não acharam apropriado devido a conjuntura econômica ou por falta de perspectivas. Dessa forma, muitos desalentados aparecem nas estatísticas internacionais como fora da PEA, fazendo parte do desemprego oculto. Entre os anos de 1983 e 1993, presenciamos um crescimento de pessoas em desalento (ver tabela nº 3.10). Dentre estas, as que estavam 3 anos ou mais fora do mercado de trabalho perfaziam um total mais significativo que as que se encontravam em outros períodos, com destaque para as mulheres.

Esta heterogeneidade de situações vai muito além do que mostram as estatísticas de desemprego aberto, que não destacam a proporção de pessoas que são levadas para o emprego em tempo parcial involuntário, trabalho autônomo, desalento ou inatividade. As taxas de desemprego aberto ainda não são capazes de captar a gravidade do problema se analisadas isoladamente, por isso, para recuperar esta carência é preciso termos uma visão do conjunto do mercado de trabalho.

Somente se unirmos a condição atual de emprego e desemprego que foi se constituindo ao longo das duas últimas décadas do século XX, teremos condições de avaliar



a verdadeira dimensão do desemprego, assim como suas conseqüências para as condições do trabalho.

**Tabela 3.10 - Período de desemprego desde o último trabalho: trabalhadores em desalento  
% total de trabalhadores em desalento**

Países	Trabalhou		Menos de 1 ano atrás		1 a 3 anos atrás		3 anos e mais		Nunca Trabalhou	
	83	93	83	93	83	93	83	93	83	93
<b>Austrália</b>										
Total	91.7	90.9	17.8	16.2	16.6	22.1	57.2	52.5	8.3	9.1
Homens	88.9	83.5	34.6	24.1	17.6	32.6	36.7	26.8	11.1	16.5
Mulheres	92.5	93.2	13.7	13.7	16.4	18.7	62.4	60.9	7.5	6.8
<b>Bélgica</b>										
Total	73.9	89.3	12.6	3.3	14.8	10.5	46.5	75.5	26.1	10.7
Homens	90.9	95.8	19.6	3.8	24.9	11.1	46.4	80.8	9.1	4.2
Mulheres	63.2	83.2	8.2	2.8	8.5	9.9	46.5	70.6	36.8	16.8
<b>Dinamarca</b>										
Total	100.0	91.5	28.9	25.2	32.9	27.0	38.2	39.3	0.0	8.5
Homens	100.0	90.3	39.1	30.0	37.7	34.4	23.2	25.9	0.0	9.7
Mulheres	100.0	92.3	23.2	22.3	30.1	22.7	46.8	47.2	0.0	7.7
<b>França</b>										
Total	..	88.0	..	11.0	..	19.3	..	57.7	..	12.0
Homens	..	83.0	..	11.7	..	37.9	..	33.4	..	17.0
Mulheres	..	89.5	..	10.9	..	14.0	..	64.6	..	10.5
<b>Itália</b>										
Total	24.8	36.5	2.5	8.1	4.4	6.0	17.9	22.5	75.2	63.5
Homens	62.6	33.8	9.7	11.3	17.4	7.3	35.6	15.1	37.4	66.2
Mulheres	21.9	37.2	1.9	7.2	3.4	5.6	16.6	24.4	78.1	62.8
<b>Países Baixos</b>										
Total	89.0	87.0	6.8	6.6	22.7	6.6	59.6	73.8	11.0	13.0
Homens	86.8	88.8	11.8	16.3	35.7	11.4	39.3	61.0	13.2	11.2
Mulheres	89.9	86.4	4.9	2.9	17.8	4.7	67.2	78.7	10.1	13.6
<b>Portugal</b>										
Total	60.9	55.9	23.0	18.7	7.0	16.9	30.9	20.4	39.1	44.1
Homens	58.7	76.5	25.5	32.7	9.3	30.6	23.9	13.2	41.3	23.5
Mulheres	61.3	49.2	22.4	14.1	6.5	12.4	32.4	22.7	38.7	50.8
<b>Espanha</b>										
Total	51.5	72.1	12.3	19.3	7.7	18.7	31.5	34.1	48.5	27.9
Homens	57.2	84.5	12.0	34.2	15.8	39.5	29.3	10.8	42.8	15.5
Mulheres	50.4	67.4	12.4	13.6	6.0	10.7	31.9	43.1	49.6	49.6
<b>Reino Unido</b>										
Total	89.3	92.4	19.6	10.1	31.9	28.4	37.9	53.8	10.7	7.6
Homens	89.0	92.4	19.9	9.4	33.1	33.4	36.0	49.6	11.0	7.6
Mulheres	90.0	92.3	19.2	10.9	29.7	23.2	41.0	58.2	10.0	7.7
<b>EUA</b>										
Total	85.2	88.4	28.6	32.3	38.3	36.6	18.3	19.6	14.8	11.6
Homens	82.6	88.0	34.3	34.0	39.2	35.5	9.1	18.5	17.4	12.0
Mulheres	86.8	88.7	25.1	30.8	37.8	37.5	23.9	20.5	13.2	11.3

Fonte: OCDE, Employment Outlook, July, 1995.

### **3.4. Flexibilização do Trabalho**

Transformações na forma de utilização da força de trabalho vêm se intensificando nas últimas décadas no que diz respeito ao uso da locação, do tempo e remuneração do trabalho.

Através de investimentos tecnológicos e organizacionais, as empresas buscam maior produtividade e qualidade dos seus produtos ou serviços para competirem no mercado mundial, para isso, o trabalho passa a assumir uma nova postura, como a principal variável de ajuste. O mercado internacionalizado, num ambiente de baixo crescimento da economia mundial, faz com que as empresas utilizem estratégias de concorrência através da flexibilização do trabalho, além da eliminação de “gorduras” de pessoal através das demissões. Assim, sob o argumento de que a rigidez do trabalho levaria as empresas a dispensar mão-de-obra, a flexibilização seria um impedimento disso, “salvando a pele” do trabalhador.

Primeiramente, a flexibilização da contratação do trabalho se dá através de 3 níveis: 1) formas atípicas de trabalho, 2) mudanças organizacionais e 3) terceirização. Como já vimos anteriormente, a flexibilização da contratação do trabalho acontece por meio de formas atípicas de emprego, como por exemplo, o trabalho em tempo parcial e por tempo determinado, o que permite às empresas deixarem de arcar com determinados custos de trabalho. Já a flexibilização dos empregados permanentes e formais se dá através das mudanças organizacionais, tornando os trabalhadores cada vez mais polivalentes, com redução dos níveis hierárquicos, além da maior intensificação do trabalho. Por último, o processo de terceirização, que fornece serviços e produtos para grandes empresas sem ligação trabalhista alguma, muitas empresas estimulam trabalhadores muito qualificados a tornarem-se autônomos ou abrirem uma micro empresa prestadora de serviços ou produtos (DEDECCA, 1999). Assim, a grande empresa, que antes arcava com todos os custos de cada empregado seu, agora compra apenas os serviços e produtos sem precisar se responsabilizar pelas contratações, assim como com os equipamentos, etc.

Em segundo plano, temos a flexibilização do uso do tempo de trabalho, com a implementação do Banco de Horas. Seu mecanismo funciona quando o excesso de horas trabalhadas num dia ou período estipulado pode ser compensado com diminuição em outro momento, sem que a empresa tenha que pagar horas extras ou realizar novas contratações em períodos de maior atividade.

Em relação à remuneração do trabalho assalariado, há uma constante queda dos salários. Na tabela abaixo, nota-se que a queda dos salários é maior que a queda da produtividade em períodos selecionados. A flexibilização dos salários é bastante visível nos trabalhos atípicos, como o de tempo-parcial, tempo determinado ou temporário e nas empresas terceirizadas, geralmente com trabalhos precários, marcados por baixos salários.

**Tabela 3.11 - Remuneração total real por empregado**  
**Variação média real anual por período**  
**1960-1998**

País	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1990-1998	1990-1995	1995-1998
Alemanha	5.76	3.21	1.21	-0.19	-0.51	0.23
França	4.12	3.27	1.14	1.04	0.83	1.39
Itália	7.01	3.64	1.31	-0.04	-0.11	0.07
Reino Unido	3.69	2.55	2.35	0.86	-0.06	2.42
EUA	2.35	0.77	0.35	0.95	0.35	1.96

Fonte: apud. Mattos (2001)

(\*) nos casos de Reino Unido e França, a primeira coluna refer-se ao período 1965-1970

**Tabela 3.12 - Comparação entre evolução da produtividade e dos salários horários reais na indústria de transformação (manufacturing)**  
**Taxa de variação média anual por período (em %)**  
**1964/1973 e 1983-1992**

Países	Produtividade (*) (A)		Salário horário real (B)		A/B (**)	
	1964/1973	1983/1992	1964/1973	1983/1992	1964/1973	1983/1992
EUA	3.6	2.8	1.3	0.3	2.8	8.2
Alemanha	4.0	2.4	4.8	2.7	0.8	0.9
França	5.5	2.6	4.8	1.4	1.1	1.9
Itália	5.1	2.6	6.2	1.1	0.8	2.4
Reino Unido	4.2	3.6	2.9	2.5	1.4	1.5

Fonte: apud. Mattos (2001).

(\*) taxa de salário horário nominal na indústria de transformação

(\*\*) relação entre ganhos em produtividade e aumentos salariais reais por período considerado

Enquanto para a teoria neoclássica é a rigidez do mercado de trabalho que provoca desemprego, a flexibilização do trabalho aparece como a solução para o retorno do emprego da mão-de-obra e do capital. Esta teoria é utilizada pelos liberais, que se apoiam na experiência do mercado de trabalho americano, mais flexível e com altas taxas de emprego nos anos 90 frente à Europa, a qual possui um mercado de trabalho rígido, mas com altas taxas de desemprego. Portanto, a partir desta “evidência”, o mercado de trabalho americano (mais flexível) passa a representar um modelo a ser seguido como forma de solucionar o problema do desemprego.

No entanto, nesta combinação americana, formada por altas taxas de emprego e flexibilização do mercado de trabalho, não há relação causal. A origem do sucesso americano não está no seu mercado de trabalho flexível e precário, mas sim na sua hegemonia financeira a partir da década de 80. É a partir da elevação da taxa de juros em 1979 por parte dos Estados Unidos que temos um ambiente de fortalecimento da posição do dólar e uma ruptura da liquidez internacional a favor da economia americana, fato que inverte o processo estabelecido no pós-guerra, em que a liquidez internacional se dava às custas do crescente déficit americano.

A partir disso, enquanto os países desenvolvidos passam a arcar com o peso maior dos juros da dívida pública sobre os PIBs (o que significa uma diminuição dos gastos públicos), os EUA são receptores de um fluxo internacional de capital. O resultado, é que a partir de 1979, o crescimento econômico americano é superior ao crescimento europeu. Entre 1980/98, a taxa média anual de crescimento do PIB americano foi de 2,7%, enquanto nos países que hoje pertencem a zona do Euro foi de apenas 2,1%. Neste período, a economia americana cresceu 63% e a europeia apenas 45% (MATTOS, 2001, p. 64).

“O ambiente de elevada instabilidade financeira internacional fortalece o papel da Dívida Pública (americana) como ‘pilar da finança especulativa’, consolidando a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo. O mercado financeiro

americano mais líquido, de maior dimensão, mais dinâmico para criar inovações dos produtos financeiros, funciona como ralo para o qual escoam os fluxos de capitais internacionais em momentos de instabilidade sistêmica (...) em 1998 45% do estoque de títulos internacionais e 57% das emissões de novos títulos do governo americano perfaziam um total de cerca de 30% do mercado global de títulos (...)”(MATTOS, p.79).

Assim, com o fluxo de capital em direção ao o mercado financeiro americano, ocorreu um aumento do crédito para famílias<sup>89</sup> e um aumento de suas rendas através de investimentos financeiros, o que resultou em maior poder e garantia de consumo, que por sua vez estimulou o aumento da produção e conseqüentemente um aumento do emprego.

O impacto para a criação de empregos foi diferente na Europa que, após esta inversão do fluxo de capital, conheceu o início de um período de desemprego e fraco crescimento econômico. O aumento das taxas de juros criou obstáculos aos investimentos produtivos, assim como para consumo, o que significou uma diminuição da demanda efetiva e, conseqüentemente, menos empregos. Do lado dos governos, eles tiveram que controlar os gastos devido ao maior peso da taxa de juros sobre o PIB e seguir determinadas exigências para atração de um capital extremamente volátil e desregulado, como por exemplo, aumentar as taxas de juros, diminuir a inflação, conter os déficits públicos, promover superávit primário, etc. Por outro lado, os Estados, com a economia de baixo crescimento, passaram a ter uma menor capacidade de arrecadação para o financiamento dos gastos sociais. Assim, teve fim o círculo virtuoso das economias européias que se estabeleceram num cenário de grande liquidez e autonomia de suas políticas domésticas, cujo crescimento se dava por intermédio do capital produtivo. Diferentemente, o crescimento econômico dos Estados Unidos a partir da década de 80 tem origem no capital financeiro.

---

<sup>89</sup> O custo e a disponibilidade dos empréstimos oferecidos pelos bancos e outras instituições financeiras às famílias são em função do estoque de riqueza líquida possuído pelas mesmas (MATTOS, 2001, p. 74).

Portanto, quando se fala em flexibilização do mercado de trabalho como uma necessidade e única resposta frente a concorrência internacional, num contexto de ‘mercados abertos’, devemos analisar quais as formas existentes para a inserção das empresas e economias no mercado internacional. A flexibilização do mercado é alardeada como a única saída para a inserção e sobrevivência das nações e empresas neste mercado mundial. Em outras palavras, a escolha está entre o sacrifício de trabalhadores através do abandono de alguns “privilégios” e a exclusão de economias inteiras no mercado globalizado. Assim, a flexibilização do trabalho, através da diminuição de custos do trabalho (custos salariais e encargos sociais), é dada como a única alternativa para uma competição sadia.

Mas seria a flexibilização do trabalho a única forma de competitividade? Ainda temos outras alternativas para enfrentar tal situação, de modo que a flexibilização do trabalho passa a ser entendida como uma forma de subordinar o trabalho e a economia nacional ao capital globalizado, servindo apenas como uma medida de curto prazo, sendo que existem outras formas menos submissas à dominância do capital internacional.

A forma de competitividade via redução de custos (do produto e do trabalho) é considerada como uma forma ultrapassada<sup>90</sup>. A forma de competição internacional não depende simplesmente do ajuste através da redução do custo do trabalho para a sobrevivência empresarial, ela inclui ainda fatores fora do âmbito das empresas, ou seja, como sistema econômico afeta as empresas, afinal, a competitividade da empresa depende tanto de fatores internos quanto externos a ela.

A flexibilização do trabalho através de corte de redução dos custos do trabalho é uma forma de competitividade ultrapassada pela competitividade sistêmica, composta da seguinte forma:

- natureza macroeconômica (câmbio, oferta de crédito e taxa de juros);

---

<sup>90</sup> SANTOS e POCHMMAN, 1996.

- Infra-estrutural (disponibilidade, qualidade e custos de energia, transportes, comunicações, etc);
- Político-institucional (política tributária e tarifária, etc.);
- Regulatória (defesa da concorrência e do consumidor, proteção ambiental);
- Social (educação, ensino profissionalizante, etc.);
- Relações de trabalho (organização de interesses de empregados e patrões, negociação coletiva, etc);
- Dimensão regional (distribuição espacial de produção);
- Dimensão internacional (fluxos de capitais, de investimentos, de tecnologia)<sup>91</sup>.

“O sucesso competitivo não é determinar custos ou preços e sim a conquista de melhores relações com os fornecedores, empregados e clientes, de melhor qualidade, menor lead-time, maior habilidade em servir a clientela, etc”<sup>92</sup>

A explicação do crescimento econômico e do emprego norte-americano não está na flexibilização do mercado de trabalho e sim no fluxo de capital internacional em direção a esta economia, com capacidade de estimulá-la.

### **3.5. Situação dos Sindicatos na era da Mundialização**

Até aqui temos mostrado as tendências de desemprego e precarização das condições do trabalho nas últimas décadas que tomaram forma através do desemprego de longa duração, desemprego oculto, proliferação de trabalhos atípicos e flexibilização do trabalho.

---

<sup>91</sup> *Idem.*

<sup>92</sup> *Idem.*

Tudo o que foi visto até aqui indica como o capital se desvencilhou dos controles colocados pela sociedade e criou um novo padrão de submissão do trabalho, num contexto de desregulamentação dos mercados financeiros, de bens (concorrência global) e de trabalho. O resultado é que tanto a capacidade de organização dos trabalhadores (por meio dos sindicatos) quanto a própria capacidade dos Estados nacionais de defender seus mercados de trabalho foram debilitados.

Esta reprodução do capital produtivo e financeiro em nível mundial é uma artimanha eficaz. Enquanto o capital supera as barreiras territoriais, os sindicatos estão sob domínio nacional, o que significa uma atitude defensiva.

Atualmente, dois tipos de obstáculos para um enfrentamento por parte de Estados e sindicatos ao capital globalizado devem ser considerados. O primeiro é referente às mudanças da estrutura do mercado de trabalho quando comparada à homogeneidade do padrão anterior e ao pleno emprego. O segundo são as diferenças existentes entre sindicatos de cada país se pensarmos numa luta entre capital e trabalho internacional.

Em relação ao primeiro ponto, nos anos dourados tínhamos um mercado de trabalho homogêneo, composto majoritariamente por indústrias (com tradição sindicalista), num contexto de crescimento da economia, do emprego e de autonomia das políticas domésticas. Hoje, o crescimento dos serviços (onde não há uma cultura de sindicalização), o aumento do desemprego, a proliferação de trabalhos atípicos, a terceirização e a flexibilização do trabalho formal, rompem com aquela homogeneidade conhecida. Em outras palavras, os sindicatos representam apenas uma parcela dos trabalhadores e não mais a totalidade.

Paralelamente a esta diminuição das taxas de sindicalização, há uma tendência de negociação coletiva no âmbito das empresas, em que os trabalhadores se vêem forçados a escolher entre flexibilização e seus empregos.

A existência dos sindicatos, segundo Baglioni, não é rejeitada pelos empregadores, o próprio cenário atual já dá conta de enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores e de diminuir as taxas de sindicalização. Os empregadores utilizam-se deste novo padrão de trabalho que continua crescendo e forçam uma contestação do padrão



anterior, com o argumento de que o padrão flexível não combina com as velhas representações<sup>93</sup>.

**Tabela 3.13 - Evolução da taxa de sindicalização  
1970-1990**

Países	1970	1980	1990
<b>França</b>	22,3	17,5	9,8
<b>Itália</b>	36,3	49,3	38,8
<b>Alemanha</b>	33,0	35,6	32,9
<b>Inglaterra</b>	44,8	50,4	39,2

Fonte: apud Mattos (2001)

Os países são marcados por diferenças de contratos coletivos de trabalho, enquanto o capital está cada vez mais globalizado e unificado. Na Alemanha, por exemplo, com forte tradição de unicidade nacional da organização sindical, os contratos coletivos seguem o modelo setorial (nacional), já na França e Espanha por categoria, enquanto na Grã-Bretanha o contrato coletivo por categoria passou a ser minoria enquanto aqueles realizados no âmbito da empresa ganham espaço, estão acima dos 50%<sup>94</sup>.

No Japão também ocorre a contratação coletiva no âmbito da empresa, as características tradicionais são “emprego vitalício, salário e outros benefícios de acordo com a antiguidade...”(DAUBLER, pg. 31). As relações de trabalho no Japão são caracterizadas por forte cooperação entre capital e trabalho e em muitas fábricas há grande diálogo entre empregados e empregadores. Existem conselhos consultivos em muitas empresas em que os delegados sindicais elegem funcionários representantes, mas que são nomeados pelo empregador, fato que faz com que a pressão do empregador esteja sempre presente. Por outro lado, existe um compromisso com o emprego, há uma política que impede a dispensa do trabalhador em caso de dificuldade financeira das grandes empresas, através da diminuição dos salários dos níveis hierárquicos mais elevados, redução do tempo

---

<sup>93</sup> Ver BAGLIONI.

<sup>94</sup> DAUBLER, p.40.

de trabalho sem compensação salarial, transferência de empregados para outras unidades ou sociedades da empresa e a criação de estímulos à adoção da aposentadoria antecipada<sup>95</sup>.

Na Europa, a maioria dos empregadores ainda podem contar com a proteção de contratos coletivos,

“Alemanha 90% de todos os assalariados; Espanha entre 70 e 75%; na Grã-Bretanha 70% (dos empregados em tempo integral); na Itália os filiados a sindicatos são a grande maioria; na França, mesmo sendo o país com o menor grau de sindicalização, os sindicalizados ainda são a maioria (...) Mas o aumento do desemprego e o total de trabalhos atípicos abalam sensivelmente o poder de barganha dos sindicatos” (DAUBLER, p.30).

No Japão, ao lado dos trabalhadores regulares, que são protegidos pelo emprego vitalício e salário por antiguidade, temos visto um número crescente de trabalhadores temporários (que é o grupo mais importante) constituídos na sua maior parte por mulheres e também por trabalhadores subcontratados. Este grupo dos não-regulares obviamente não possuem os mesmos direitos que os regulares, o que prova a tendência de precarização das condições de trabalho também no Japão. Desde o final do século XX houve uma diminuição dos empregos vitalícios e um aumento das mulheres no mercado de trabalho (que não possuem o direito ao emprego vitalício). Por outro lado, o aumento do rendimento através do estímulo ao aumento de produtividade individual ganhando importância em detrimento do salário por antiguidade.

Nos Estados Unidos, a taxa de sindicalização caiu de 40% nos anos 50 para 15% no início dos 90 e o motivo, segundo Daubler, seria a ascensão do setor de serviços em detrimento da indústria que se estabeleceram inicialmente no Sul dos Estados Unidos<sup>96</sup>,

---

<sup>95</sup> *idem*, p.33.

<sup>96</sup> Com predominância de serviços de microinformática.

região sem tradição sindical forte<sup>97</sup>. O outro motivo que estimulou a queda das taxas de sindicalização é que nos EUA a representação sindical e a negociação coletiva é realizada no âmbito da empresa e, após a década de 80, diante do acirramento da concorrência nacional e internacional e desregulação dos mercados, a representação sindical passa a existir como um elemento de desvantagem para o empregador.

Portanto, enquanto o capital exerce uma pressão cada vez mais mundial e homogênea, as características dos sindicatos ainda são diferentes e ligadas a uma ação nacional. De acordo com algumas análises<sup>98</sup>, o exemplo da União Européia pode ser considerado como uma união do capital europeu, enquanto no âmbito do trabalho, os enfrentamentos ainda continuam sob domínio nacional.

### **3.6. Tempo de Trabalho**

Além de todas estas transformações, a tendência de redução do tempo de trabalho entrou em estagnação e, em alguns países tem sofrido até mesmo elevação.

Nas discussões a respeito do desemprego, a diminuição do tempo de trabalho tem sido considerada como uma das respostas mais importantes ao problema. Contudo, é preciso mencionar qual o significado da redução do tempo de trabalho na história da sociedade capitalista, ou seja, verificar se ela assume o mesmo papel tanto no passado quanto no presente. Em segundo lugar, a tendência histórica de redução do tempo de trabalho ainda acontece, em meio a tantas transformações do mundo do trabalho? Por último, a redução do tempo de trabalho é o caminho para impedir o crescimento do desemprego?

No passado, a redução do tempo de trabalho fazia parte de uma reivindicação para tornar o trabalho mais humano, fundamental para diminuir a exploração

---

<sup>97</sup> DAUBLER, p. 26.

<sup>98</sup> ver Fondation Andre Renard, Revue trimestrielle, “Le syndicalisme à l’ère de la mondialisation, 1999.

sobre o trabalhador que, nos primeiros períodos do capitalismo, tinha a sua força de trabalho utilizada até o limite físico suportável. Homens, mulheres e crianças eram usados como combustíveis da acumulação capitalista e o tempo para o trabalho ocupava a maior parte de suas vidas, com períodos de pausa apenas para a alimentação e para descanso mínimo. Nestas condições, os trabalhadores morriam cedo e não tinham tempo na vida reservado para lazer, cultura, formação, tempo com amigos, descanso, etc. Desse modo, a redução do tempo de trabalho era sinônimo de melhores condições de vida e diminuição da exploração excessiva do capital.

“A sociedade moderna chama-se ‘sociedade do trabalho’, porque a modernidade sujeitou toda a mão-de-obra à relação de assalariamento e alongou as horas de atividade até um limite máximo conhecida na história humana, 4.000 horas de trabalho por ano, limite físico além do qual não é possível ultrapassar sem o risco de matar as ‘galinhas dos ovos de ouro’, isto é, aqueles que trabalham” (DAL ROSSO, 1998b, p.269).

GUEDJ e VINDT (1997), em estudo da transformação do tempo de trabalho nos dá o exemplo da França que, depois de 1870, multiplicou o PIB por 14, a produtividade por 20, a população dos setores secundários e terciários por 4, enquanto o tempo de trabalho foi dividido apenas por 2. Estes números mostram que a redução do tempo de trabalho não alcançou o mesmo ritmo das outras variáveis, hoje, o tempo de trabalho anual está em torno de 1800 horas.

**Tabela 3.14. Número médio de horas anuais trabalhadas por ocupado  
Países selecionados, 1970/93**

<b>Total do Emprego</b>	<b>1970</b>	<b>1973</b>	<b>1975</b>	<b>1979</b>	<b>1983</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>
França	1.962	1.904	1.865	1.813	1.711	1.667	1.666	-
Alemanha	1.964	1.868	1.801	1.764	1.733	1.603	1.618	1.588
Itália	1.969	1.885	1.841	1.788	1.764	-	-	-
Japão	-	2.201	2.112	2.126	2.095	1.998	1.965	-
Suécia	1.641	1.557	1.516	1.451	1.453	1.468	1.485	1.507
EUA	1.889	1.874	1.832	1.808	1.787	1.770	1.768	1.776
<b>Assalariados</b>								
França	1.821	1.771	1.720	1.667	1.558	1.540	1.542	-
Alemanha	1.883	1.804	1.736	1.699	1.668	1.551	1.563	1.534
EUA	1.840	1.830	1.789	1.767	1.754	1.736	1.736	1.743

Fonte: apud Dedecca (1999).

O número máximo de horas trabalhadas, assim como o mínimo alcançado é resultado de uma luta histórica entre capital e trabalho. Hoje, temos duas tendências: a primeira tendência é de uma diminuição das horas trabalhadas, caso da Itália, França, Alemanha, Ásia (na última década), Japão e Coreia. A segunda tendência vai num sentido contrário, há uma estagnação da redução ou, pior ainda, um aumento do número de horas trabalhadas em países como Estados Unidos, Chile, México, Argentina e Brasil, na Europa temos a Inglaterra. (DAL ROSSO, 1998b, p. 267).

Esta estagnação e aumento do número de horas trabalhadas significa a inversão de uma tendência histórica e também uma exploração dupla da força de trabalho que se dá através da intensidade do trabalho (possível pelos investimentos organizacionais e tecnológicos) e extensão do seu tempo.

Hoje, a discussão a respeito da redução do tempo de trabalho está, prioritariamente, ligada à questão da possibilidade de diminuição do desemprego: “trabalhar menos para trabalhar todos” (AZNAR, 1995). A sociedade do trabalho atual pode ser caracterizada como uma sociedade dual, ou seja, existe um enorme contingente de pessoas desempregadas, enquanto outras estão empregadas em trabalhos de tempo integral.

Diante do nível de produtividade alcançada, pode-se dizer que existe a possibilidade de redução do tempo de trabalho para que haja um tempo disponível para outras esferas da vida e, ao mesmo tempo, uma divisão do emprego entre as pessoas que se

encontram hoje dentro desta sociedade dual. No entanto, esta divisão do emprego não segue um único caminho, ela pode ser realizada de inúmeras formas, como por exemplo, através do aumento do tempo de estudo dos jovens (retardando sua entrada no mercado de trabalho), através da diminuição do tempo de trabalho semanal, anual e etc. Basta deixar claro que esta divisão é possível, porém, trata-se de uma escolha social, mas com grandes impactos internacionais, principalmente em relação a questão da competitividade intercapitalista.

Mas será que a redução do tempo de trabalho é suficiente para a geração de empregos? Em primeiro lugar, quando há uma diminuição do tempo de trabalho, de forma que para produzir a mesma quantidade é necessário empregar mais mão-de-obra como forma de compensação, a contratação nunca ocorre na mesma proporção da redução do tempo de trabalho. Imediatamente implementam-se medidas compensatórias, como mudanças organizacionais e novos investimentos tecnológicos, os quais retiram as porosidades existentes no processo de trabalho e anulam parte dos empregos que poderiam ser criados<sup>99</sup>. As estratégias de flexibilização do trabalho, com a introdução do Banco de Horas, horas extras e o processo de terceirização são apenas alguns exemplos.

Diante dos mercados abertos, acirrada concorrência e baixo crescimento econômico, tais medidas, tanto no nível nacional quanto no nível das empresas, surgem como caminho “natural” para uma inserção no mercado mundial.

“A questão dos custos provenientes do aumento do emprego, mediante a redução da jornada, é o cerne da preocupação dos empregadores. O aumento dos custos leva à perda de competitividade e à exclusão da empresa no cenário mundial. O cenário inviabiliza qualquer política de redução da jornada, que não seja respaldada por um movimento unificado internacionalmente, uma vez que qualquer mudança na duração anual das atividades, em uma parte componente do mercado, suscitaria o efeito da concorrência das unidades opostas. As únicas empresas que

---

<sup>99</sup> Ver DAL ROSSO, 1998<sup>a</sup>.

estariam a salvo destes efeitos são efetivamente os monopólios internacionais. Como estes se sobrepõe ao sistema concorrencial, não são afetados por ele”. (Dal ROSSO, p. 275. Dieese).

Sendo assim, mesmo com a diminuição do tempo de trabalho, o capital encontra formas para prescindir da mão-de-obra, ainda mais num cenário como o que vivemos, em que a competição intercapitalista se dá num ambiente de baixo crescimento. Todavia, uma redução do tempo de trabalho de setores que não concorrem com o mercado internacional, com certeza traz efeitos positivos para os índices de emprego (mesmo que não na mesma proporção da redução do tempo de trabalho) e para as condições de vida dos trabalhadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 80, temos a conformação de um mercado de trabalho totalmente oposta ao período do pós-guerra, com o surgimento de maiores índices de desemprego, baixos salários, trabalhos atípicos e flexibilização do trabalho. Estas transformações nos levam, inevitavelmente, a buscar uma análise mais cuidadosa das causas deste processo que vem se desenvolvendo desde as últimas décadas do século XX.

Quais foram os elementos que determinaram esta configuração do mundo do trabalho e a nova forma de reprodução do capital em larga escala, predominantemente na esfera financeira e de forma mundializada? Podemos afirmar que este cenário é atribuído por um único fator ou teríamos um conjunto de determinantes que conformam um contexto histórico particular?

Nesta dissertação, procuramos mostrar que inúmeros fatores desencadearam o quadro de desemprego e precarização das condições do trabalho. Entre eles, a diminuição do crescimento das economias, o incremento tecnológico, as mudanças organizacionais e o processo de terceirização das grandes empresas, o predomínio da reprodução do capital na esfera financeira, a abertura dos mercados e a ideologia neoliberal. Também deve ser considerado o ambiente internacional diferente e distante daquele da primeira metade do século XX (marcado pela ameaça comunista, as grandes guerras e desastres econômicos), assim como a maior mobilidade do capital (produtivo e financeiro) que hoje possui maior autonomia frente aos trabalhadores, sindicatos e Estados nacionais.

Cabe aqui destacar que estes fatores não podem ser analisados isoladamente para um entendimento do cenário que se formou para o mundo do trabalho. Pelo contrário, não temos condições de alcançar uma resposta consistente se nos apegarmos unicamente a um destes elementos, eles apenas são compreensíveis quando analisados em conjunto.

A crise do ciclo expansivo no capitalismo avançado com origem na década de 60, somado ao baixo crescimento econômico e acirrada concorrência intercapitalista a



partir da década de 70, foram acontecimentos que levaram as grandes empresas a iniciarem um processo de intensos investimentos tecnológicos, desverticalizações, terceirizações e, principalmente na década de 80, inovações organizacionais, fatores que desfavorecem a criação de emprego. As aquisições, fusões e mudanças de localizações passaram a ser mais significativas que o aumento da capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, o capital financeiro foi adquirindo maior liberdade através das brechas abertas pelo sistema. O crescimento do mercado de eurodólares desde a década de 60 e acontecimentos da década seguinte (instauração do padrão dólar em 1971, flutuação cambial em 1973 e elevação das taxas de juros em 1979) resultaram na hegemonia do dólar e facilitaram especulações na esfera financeira, em detrimento dos investimentos produtivos.

Antes, o capital financeiro era controlado e atrelado às necessidades de investimentos produtivos, por isso, a acumulação do capital tinha como resposta a geração de empregos, somada ainda ao forte compromisso dos Estados nacionais com o pleno emprego, visto que o emprego público teve grande peso nas elevadas taxas de emprego e os investimentos econômicos e sociais governamentais dinamizavam a economia. No entanto, o capital financeiro passou a ter maior desempenho e mobilidade através do euromercado de dólares, da flutuação das taxas cambiais, da emissão dos títulos da dívida pública americana e dos demais países, da alta dos juros e da abertura dos mercados. O resultado foi a subordinação do capital produtivo ao capital financeiro, que possui total liberdade e alto rendimento. O capital financeiro adquire maior fôlego graças ao descontrole da sua movimentação e aproveita o espaço deixado pela crise econômica para se reproduzir sem passar pela esfera produtiva, o que significa uma reprodução do capital que prescinde de empregos.

Assim, através da crise, dissolvem-se as relações virtuosas estabelecidas no pós-guerra. O que podemos perceber é que em meio a crise o capital se refugia na esfera financeira, enquanto o capital produtivo caminha para uma reestruturação. A forma de reprodução do capital na esfera financeira atraiu também as grandes empresas. Os juros altos fizeram com que estas arriscassem menos em investimentos de longo prazo e passassem a ser atraídas por investimentos de curto prazo, mais rentáveis, mas que

prescindem do processo produtivo para acumulação do capital. Esta “promiscuidade” entre capital produtivo e financeiro beneficia empresas individuais, mas prejudicam a economia como um todo. A consequência para o emprego e condições de trabalho passa a exercer um papel contrário ao estabelecido no pós-guerra.

Num mercado aberto, onde a concorrência é mais acirrada, as empresas, além das medidas para prescindir cada vez mais da força de trabalho (inovações tecnológicas, organizacionais e terceirização), submetem a força de trabalho utilizada a um processo de flexibilização do uso do tempo, remuneração e locação para obterem êxito no mercado mundial e mudarem aquela segurança do mundo do trabalho conhecida no pós-guerra, retornando à sua lógica perversa.

A elevação da taxa de juros em 1979 afetou também a capacidade de intervenção dos Estados e provocou uma inversão de todo processo de liquidez internacional a favor dos Estados Unidos. Os Estados Nacionais europeus romperam com a política anticíclica devido o peso do aumento dos juros da Dívida Pública sobre o PIB, que passou a ser um obstáculo aos gastos públicos, com repercussão negativa para a geração de empregos e crescimento econômico.

A atuação dos sindicatos também é fragilizada neste processo. A elevação das taxas de desemprego, o surgimento de trabalhos atípicos que reduzem a formalidade do mercado de trabalho, assim como a mobilidade internacional do capital produtivo abalam o poder de barganha dos trabalhadores. Enquanto o capital (financeiro e produtivo) é unificado internacionalmente, os sindicatos ainda atuam dentro das fronteiras nacionais e possuem características distintas. Portanto, a possibilidade da atuação de um sindicalismo internacional ainda é inviável, dadas as diferenças existentes entre os sindicatos nacionais. Mas, mesmo com diferenças das negociações coletivas entre os países industrializados, elas garantem um nível de proteção aos trabalhadores contra o livre arbítrio do capital. No entanto, a mobilidade das grandes empresas em âmbito mundial emerge como ameaças e como poder de barganha do capital para que as relações de trabalho sejam mais flexíveis.

Esta não congruência de Estados e sindicatos em nível internacional, para seguir os caminhos percorridos pelo próprio capital, fornece a este último maior liberdade

para submeter as condições de trabalho e emprego a seu favor. Em outras palavras, o capital unificado internacionalmente se utiliza de chantagens a partir do momento em que os Estados competem entre si por investimentos. Num contexto de mercados abertos, os Estados e sindicatos vêem-se fragilizados diante de um capital internacionalizado que exige melhores condições para sua reprodução, ou seja, subordinação do trabalho às suas exigências e abusos.

À exemplo dos Estados Unidos, com mercado de trabalho flexível e menores taxas de desemprego desde a década de 80, a explicação para o desemprego na Europa passa a ser relacionado à rigidez do mercado de trabalho. Porém, não há uma relação causal entre estas duas variáveis, a explicação do crescimento da economia americana encontra-se na hegemonia financeira internacional exercida por este país a partir da década de 80 que estimulou e sustentou sua economia. Trata-se, em última instância, de uma dominância do capital financeiro sobre o capital produtivo. O maior peso dos rendimentos financeiros em relação aos salários na composição da riqueza familiar favoreceram o aumento do consumo, produção e emprego, mesmo quando acompanhados de uma flexibilização do trabalho, mas não por causa dele.

Portanto, a chave para entendermos a questão do desemprego e precarização das condições do trabalho está totalmente atrelada a nova forma de reprodução do capital produtivo e principalmente financeiro. Este último, na época da era de ouro, serviu como estímulo ao crescimento econômico sob a forma de crédito que passava pela esfera produtiva e alimentava os investimentos e o consumo. Contudo, num momento do esgotamento do ciclo expansivo do pós-guerra, este capital financeiro (que já tinha atingido determinada proporção e dava de cara com uma desaceleração econômica), foi alimentado por acontecimentos que o libertou, submetendo o capital produtivo, emprego e condições de trabalho a seu favor.

A chave para a explicação da geração de empregos está no investimento produtivo do capital. Assim, o cenário atual, caracterizado pelo investimento financeiro do capital que não passa pela esfera produtiva, faz com que o desemprego apareça como uma

consequência, já que a acumulação de capital se dá numa esfera abstrata e torna a força de trabalho prescindível.

A causa do desemprego e diminuição do crescimento das economias foi colocada sob responsabilidade do trabalhador. No entanto, se uma determinada interpretação entende que a solução para o desemprego é a extrema flexibilização, as implicações para o trabalho só podem ser uma submissão total ao capital, o que significa nos dias de hoje, a perda de uma segurança no mundo do trabalho conquistados ao longo de décadas. Por outro lado, interpretações que vêem o atual desemprego e a precarização das condições de trabalho como um novo padrão de subordinação do trabalho, entendem que se tratam de forças opostas que entram em conflito por serem historicamente contraditórias e estes resultados podem ser considerados como “naturais” dentro da lógica do sistema.

No entanto, isto não significa que este cenário será mantido interminavelmente, afinal as forças sociais não permanecem estáticas ou inertes, elas estão em constante movimento fazendo a história, o que não é possível dizer como será.

## **Bibliografia**

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). ***Pós-neoliberalismo***. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- AOKI, M. ***La estructura de la economia japonesa***, Cap. 1, 2 e 4. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- AZNAR, G. ***Traballar menos para trabalharem todos***. São Paulo: Scritta, 1995.
- BAGLIONI, G. As relações industriais na Europa nos anos 80. *In*: OLIVEIRA, C. et al. (orgs.) ***O mundo do trabalho***. São Paulo: Scritta.
- BELLUZZO, L. Prefácio. *In*: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (orgs) ***Crise e Trabalho no Brasil***. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1996.
- BURAWOY, M. A Transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, nº 13, p. 30-49, junho, 1990.
- CANO, W. Políticas econômicas e de ajuste na América Latina. *In*: OLIVEIRA, M. (org.) ***Economia e Trabalho***, Campinas, S.P.: UNICAMP, 1998.
- CARVALHO FILHO, E. ***Evolução do emprego público no brasil nos anos 90***. Cap.1 O emprego público nos países avançados: evolução do pós guerra aos anos 90. p.12-34. Campinas, S.P: IE.UNICAMP, 2001 (Tese de Doutorado).
- CASTEL, R. Centralité du travail et cohésion sociale. *In*: KERGOAT, J. et al. (orgs.) ***Le monde du travail***. Paris: La Découverte, 1998.
- \_\_\_\_\_ ***As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário***. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CESIT, A importância do setor público na geração de empregos. In ***Sub-projeto IV: Pesquisa e problematização de questões relevantes sobre o mundo do trabalho***. Campinas, abril, 2001.
- CHESNAIS, F. ***A mundialização do capital***. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHICK, V. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. In: ***Ensaio FEE***. Porto Alegre, nº 15, 1994.
- DAL ROSSO, S. A redução da jornada e o emprego. In: DIEESE (org.) ***Emprego e desenvolvimento tecnológico***. São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. ***O debate sobre a redução da jornada de trabalho***. São Paulo: ABET, 1998.
- DATHEIN, R. ***O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana***. Campinas, S.P.: IE.UNICAMP, 2000. (Tese de Doutorado)
- DAUBLER, W. Relações de trabalho no final do século XX: uma sinopse das tendências atuais nos países industrializados. In: OLIVEIRA, C. et al. (orgs.) ***O mundo do trabalho***. São Paulo: Scritta.
- DEDECCA, C. ***Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado***. Campinas: Unicamp. IE, 1999 (Coleção Teses).
- \_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In: ***Economia e Trabalho***, Campinas, S.P.: UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_ & MENEZES, W. A contratualização das relações de trabalho e o problema do emprego na Europa Ocidental. ***Revista de Economia Política***. Vol.15, nº 03, julho-setembro, 1995.
- DUPAS, G. ***Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo***. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- EATWELL, J. Desemprego em escala mundial, In: ***Economia e Sociedade***, Campinas, S.P.. nº6, p. 25-42, junho.1996.
- EICHENGREEN, B. ***A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional***. São Paulo: ed. 34, 2000.

- FAYNZILBER, *La industrialización trunca de América Latina*. P.19-82. México: Editorial Nueva Imagem, 1983.
- FONDATION ANDRE RENARD, *La question du syndicalisme international*, Liège, 1999.
- FREYSSINET, J. Mudanças tecnológicas e relações profissionais: experiências sindicais na Europa Ocidental. In: DIEESE (org.) *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo, 1998.
- GLYN, A. The rise and fall of the goldem age. In: MARGLIN, S and SCHOR, J. (orgs.) *The goldem age of capitalism*. Clarendon Press: Oxford, 1990.
- GORZ, A. Metamorfosis del trabajo: busqueda del sentido . Editorial Sistema: Madri, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987
- GUEDJ, F. e VINDT, G. *Le temps de travail, une histoire conflictuelle*. P. 142-148 Paris: Syros, 1997.
- GUTMMANN, R. A transformação do capital financeiro. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, S.P., nº 7, p. 51-84, 1996
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Cap. 8 e 9, p. 223-281.
- MARX, K. *O Capital*. Vol III, cap. XXIV Alienação da relação capital na forma do capital portador de juros. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Vol.III, cap. XIX O Capital de comércio de dinheiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Vol.III, cap. XXV Crédito e capital fictício. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Vol. I, cap. XXIII A Lei Geral da Acumulação Capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

- MATTOS, F. *Transformações nos mercados de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana*. Campinas, S.P.: IE.UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado)
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995
- \_\_\_\_\_. Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol.14/nº03, setembro/2000.
- MIGLIOLI, J. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes, *Crítica marxista*, São Paulo: Xamã. nº 6 35-50, 1998.
- MYRDAL, G. *O estado do futuro*. Cap. 2, 3, 4 e 5, Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- OCDE, *Employment Outlook*. Paris: OCDE, July, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Perspectives de L'Emploi*. Paris: OCDE, juillet, 1991.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeitas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p.19-48.
- PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, S.P. nº 7, p.85-124. Dez, 1996.
- POCHMANN, M. *Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. cap.1, p. 1-36. Campinas, S.P. IE UNICAMP, 1993. (Tese de Doutorado).
- POLANY, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Cap. 5, 6 e 12.2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROSE, R. The significance of public employment. In ROSE, R. et al. *Public employment in western nations*. Cambridge University Press, 1985.
- SAMPAIO JR, P. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, M. (org.) *Economia e Trabalho*, Campinas, S.P. UNICAMP, 1998.



- SANTOS, A.; POCHMANN, M. O custo do trabalho e a competitividade internacional. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (orgs) *Crise e Trabalho no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1996.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1995.
- STANDING, G. Em busca da igualdade de segurança na era da globalização. In: DIEESE (org.) *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo, 1998.
- TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas no pós-guerra. In: *Texto para discussão n° 25*. Instituto de Economia Industrial – UFRJ. Rio de Janeiro, 1983.
- TUMA, F. *Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas no cenário de flexibilização das relações de trabalho*. Campinas, S.P.: IE.UNICAMP, 1999 (Tese DE Doutorado)